

TEXTO

6

VIOLAÇÕES DE DIREITOS

HUMANOS NA UNIVERSIDADE

*Este texto foi elaborado sob a responsabilidade da conselheira Rosa Maria Cardoso da Cunha. Pesquisas, investigações e redação foram desenvolvidas pela pesquisadora da Comissão Nacional da Verdade Angélica Muller, com colaboração das comissões da verdade universitárias das seguintes instituições: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, PUC/SP, UnB, Unesp, Unicamp, Unifesp, UFBA, UFC/UECE, UFES, UFPA, UFPR, UFRJ, UFRN e USP.*

No quadro de violações de direitos humanos do período investigado pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), cabe apresentar o contexto daquelas perpetradas pelo regime militar nas universidades brasileiras e no meio educacional. Esse contexto se caracteriza principalmente por atos normativos que redundaram em afastamentos e demissões, por um lado, de professores e funcionários e, por outro, de estudantes. Também, as inúmeras invasões de faculdades ou de universidades demonstram a cultura política repressiva que conduziu os militares à prática de graves violações. Uma série de projetos, linhas de pesquisas, cursos e grupos foram afetados<sup>1</sup> e, muitas vezes, banidos do sistema. A ditadura passou até mesmo a controlar a produção de livros<sup>1</sup> e estabeleceu a censura para muitos outros (Decreto-lei nº 1.077/1970). Implantou uma política de modernização autoritária das universidades. Também ocorreu colaboracionismo de professores e dirigentes com o novo regime.<sup>2</sup> E, algumas vezes, universidades chegaram a firmar parcerias com a Escola Superior de Guerra para ministrar cursos em seus *campi*, como foi o caso da UFPR, conforme consta de ata do Conselho Universitário da UFPR, de 20 de abril de 1966.<sup>3</sup>

Foi esse o pano de fundo das graves violações de direitos humanos que atingiram o meio universitário: prisões, tortura e mortes de professores, estudantes e funcionários, boa parte deles ligados a alguma organização política. Não existem dados sistematizados sobre o número de estudantes, professores e funcionários presos durante os 21 anos do regime militar. Contudo, dados parciais existentes permitem uma estimativa da abrangência da repressão no meio universitário brasileiro. Pesquisadores do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) estão realizando, no ano de 2014, uma identificação dos cientistas perseguidos durante a ditadura militar (1964-1985). O projeto tem o objetivo de organizar verbetes dos professores e cientistas que, de alguma forma, sofreram algum tipo de perseguição em suas carreiras ou foram expurgados durante a ditadura. Estima-se entre 800 e 1.000 o número de pesquisadores perseguidos de 1964 a 1985.<sup>4</sup> Em 2 de outubro de 2012, a CNV enviou ofício aos reitores de universidades públicas solicitando os seguintes dados: lista com nomes completos de todos os professores, servidores e funcionários cassados, aposentados compulsoriamente, mortos ou desaparecidos por motivação política referente ao período de 1964 a 1985. Das cinquenta respostas apenas oito instituições apresentaram dados, a saber: UFSM, dois funcionários e dois professores; UFPA, quatro professores; Unicamp, dez professores; UFSC, dois professores; UFRGS, 31 professores; UNESP, 23 professores; UFRRJ, três professores e três funcionários; e UFMA, um professor. As demais universidades responderam que não tinham acervo/dados sobre o assunto.<sup>5</sup>

#### **A) O AMBIENTE UNIVERSITÁRIO À ÉPOCA DO GOLPE MILITAR DE 1964**

O início dos anos 1960 trouxe à tona a discussão sobre a reforma universitária brasileira. A política de desenvolvimento posta em marcha na década de 1950 não atingiu a estrutura universitária, que se encontrava atrasada e incapaz de absorver um número cada vez maior de candidatos aptos a

se profissionalizarem. Nesse sentido, a temática pautou as discussões da academia, principalmente o movimento estudantil capitaneado por sua entidade representativa, a União Nacional dos Estudantes (UNE). Entre fins dos anos 1950 e início dos anos 1960, a UNE realizou três grandes seminários para debater a reforma universitária. Entre os pontos de discussão destacava-se a questão da democratização entendida como a própria democratização de poder na universidade. Contrários à hegemonia dos professores catedráticos, os estudantes passaram a defender sua participação nos órgãos colegiados. Paralela à atividade política, e conjuntamente com ela, foi na UNE que nasceu no início da década de 1960 uma das mais relevantes experiências culturais do país. Trata-se do Centro Popular de Cultura, o CPC da UNE, que ambicionava não só mudar a cultura dentro das universidades como também representava um papel preponderante para a mudança da realidade social do país. A ideia do CPC da UNE prosperou e acabou por reunir uma quantidade expressiva de jovens artistas e intelectuais que, posteriormente, viriam a se tornar nomes de expressão das artes brasileiras. As atividades artísticas produzidas pelos diferentes departamentos do CPC – com destaque para os de música, teatro, cinema e literatura – eram autossuficientes financeiramente, até porque seus membros trabalhavam gratuitamente. O sucesso de suas produções foi potencializado com a UNE-Volante, cujo objetivo era percorrer todos os estados do país, possibilitando, ainda, a abertura de diversos centros em muitos estados da Federação.

O ano de 1961 foi de mudanças na política educacional no país. Depois de mais de dez anos de disputas parlamentares, foi aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), considerada extremamente conservadora, que acabou por consolidar o modelo tradicional das instituições de ensino superior: manutenção da cátedra, das escolas isoladas e da composição das universidades pela justaposição das escolas profissionais sem comprometimento com a pesquisa. Paradoxalmente, em 15 de dezembro de 1961, o então presidente da República João Goulart sancionou a Lei nº 3.998, que autorizou a criação da Universidade de Brasília (UnB). A UnB foi fundada com a promessa de reinventar a educação superior, entrelaçar as diversas formas de saber e formar profissionais engajados na transformação do país. Seus criadores desejavam criar uma experiência educadora que unisse o que havia de mais moderno em pesquisa tecnológica com produção acadêmica capaz de melhorar a realidade brasileira. Foi também nesse ano que a UNE participou ativamente da campanha pela legalidade e, com prestígio adquirido, mereceu a visita do então empossado presidente João Goulart à sua sede, na Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro. Para divulgar os resultados dos seminários sobre reforma universitária, a UNE, com a ajuda do então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, lançou o referido projeto UNE-Volante, por meio do qual se realizaram assembleias sobre os resultados dos seminários e se deu a divulgação da produção artística do Centro Popular de Cultura. Foi nesse clima que eclodiu, em julho de 1962, uma grande greve estudantil que ficou conhecida como Greve do 1/3, na qual era reivindicada a representação de pelo menos 1/3 dos estudantes nos colegiados das universidades.

Entendida por setores mais conservadores como o “perigo vermelho”, a entidade passou a ser o centro das atenções desses grupos. O grande prestígio político e cultural conquistado pela UNE fez com que a sede da entidade se tornasse alvo de grupos reacionários, que ameaçavam seus dirigentes por meio de telefonemas, cartas e pichações. Além disso, o prédio que abrigava a sede da entidade não era devidamente protegido, uma vez que se encontrava sempre aberto devido ao fluxo quase ininterrupto de pessoas que o frequentavam por conta das atividades culturais que lá aconteciam. Foi dessa forma que, na madrugada de 6 de janeiro de 1962, um grupo paramilitar denominado Movimento Anticomunista (MAC) invadiu a sede da UNE e alvejou com rajadas de metralhadora as paredes da sala da presidência, localizada no primeiro andar do edifício. O fato foi narrado pelo presidente da UNE na época, Aldo Arantes:

Eles picharam a sede com “Abaixo a canalha comunista!”. No Rio de Janeiro e em algumas outras cidades eles lançavam o slogan “Já matou o seu comunista hoje?”. E elaboraram uma lista dos que eles consideravam comunistas e que deveriam ser mortos – como Leonel Brizola, o Miguel Arraes e o meu nome também... Houve um fato interessante: a diretoria da UNE morava nos fundos da sede. Convoco uma reunião de madrugada, às cinco da manhã e resolvemos fazer um abaixo-assinado colocando a responsabilidade no então governador da Guanabara, o Carlos Lacerda, um homem de extrema direita e um dos articuladores do golpe militar de 1964. Convocamos uma grande manifestação na Cinelândia, em protesto contra o metralhamento da UNE. Foi um ato grandioso – levando-se em conta as condições da época – e que demonstrou a solidariedade não só dos estudantes, mas da população do Rio de Janeiro para com a UNE.<sup>6</sup>

Em julho de 1963, o 26º Congresso da UNE elegeu como presidente o paulista José Serra, pertencente à Ação Popular, como seu antecessor, Aldo Arantes. E o primeiro grande desafio da gestão foi enfrentar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada na Câmara dos Deputados meses depois, encarregada de apurar o mau uso do dinheiro público pela entidade para a realização de agitação política, bem como a infiltração comunista que ocorria no seio do movimento estudantil por ela organizado. A CPI continuou os seus trabalhos, mas não foi capaz de apresentar resultados durante o governo de João Goulart. Não por acaso, ela findou seus trabalhos ao nascer do regime militar em abril de 1964.

## **B) O GOLPE DE 1964 E O PRIMEIRO PERÍODO DE EXPURGO NAS UNIVERSIDADES**

Em fins de março de 1964, o ambiente universitário em todo o país estava bastante agitado e marcado por eventos de caráter político. No dia 30, em Belém, a UNE organizou, em conjunto com a União Internacional de Estudantes (UIE) e a União Acadêmica Paraense (UAP), o Seminário Latino Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior (SLARDES),<sup>7</sup> cujo objetivo principal foi debater a reforma universitária. O evento ocorreu no antigo auditório da Faculdade de Odontologia do Pará, localizada no bairro Batista Campos. Participaram estudantes de toda a América Latina e, logo após a abertura, ocorreu uma invasão por policiais militares do estado.<sup>8</sup> No dia 31 de março, a Residência Universitária da Universidade Federal da Bahia (UFBA) foi invadida. Segundo dados apurados pela Comissão da Verdade da Universidade Federal da Bahia (CV/UFBA),<sup>9</sup> foram presos aproximadamente 55 estudantes e um professor. A invasão foi realizada pela Polícia Militar da Bahia, sob comando do Secretário de Segurança do Estado, coronel do Exército Francisco Cabral. Todos os presos foram levados para o quartel do 19º Batalhão de Caçadores do Exército, no bairro Cabula, onde foram submetidos a interrogatório. Alguns foram liberados depois de alguns dias, outros depois de uma ou duas semanas e cerca de 12 estudantes ficaram presos por até 50 dias. No Rio de Janeiro, em 31 de março de 1964, o Diretório Acadêmico (DA) da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) realizou uma Assembleia Geral de alunos para “analisar a conjuntura” e decretar greve geral, de acordo com determinação da UNE. Na mesma noite, os estudantes da Faculdade Nacional de Direito (FND) permaneceram no prédio da rua Moncorvo Filho, ficando em vigília até o dia seguinte, para proteger o patrimônio da universidade contra um esperado ataque do Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Em 1º de abril, o prédio foi cercado pelo Exército e os estudantes foram retirados do local. A FND foi

invadida e seu diretório acadêmico foi fechado, assim permanecendo por cerca de um ano. Ainda no Rio de Janeiro, segundo dados fornecidos pela Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CV/UFRJ),<sup>10</sup> o estudante Antônio Carlos Silveira Alves foi ferido à bala e veio a falecer no interior da FNFi. Os militares colocaram a culpa na “presença armada” de estudantes no interior da instituição. No mesmo dia, os membros do Diretório Acadêmico (DA) construíram barricadas na rua lateral à faculdade, com o intuito de resistir ao golpe. Porém, o fato daquele ano de 1964 mais lembrado pelo movimento estudantil, ocorrido em 1º de abril, foi o incêndio na sede da UNE.<sup>11</sup> A primeira mulher diretora da UNE, Maria de Nazaré Pedrosa, recorda: “Aí, quando eu olhei estava começando a entrar em chamas a Praia do Flamengo, 132. O MAC, os grandes cabeças da reação, do que havia de mais reacionário no Brasil, tinham tanto ódio daquela célula ali, o que representava aquele prédio...”<sup>12</sup> Também em 1º de abril, em Belém, por volta das 19 horas, a sede da União Acadêmica Paraense (UAP) foi invadida por tropas do Exército que depredaram o local, inclusive o teatro de arte popular, Parauara, uma versão do CPC da UNE. A invasão da UAP foi articulada pelo coronel Jarbas Passarinho e por fazendeiros da Ilha de Marajó e resultou na prisão de Pedro Galvão, estudante de Direito e presidente da entidade. Galvão ficou preso no quartel-general da 8ª Região Militar por mais de 50 dias e foi indiciado em Inquérito Policial-Militar.<sup>13</sup>

Configurado o golpe e nomeado o “Comando Supremo da Revolução”, este tratou de efetuar punições e cassações com a chancela do Ato Institucional (que ficaria conhecido como AI-1) que passou a vigorar em 9 de abril. As instituições universitárias se tornariam, juntamente com sindicatos, alvos da ação repressiva dos governos militares, considerados locais privilegiados para a difusão de doutrinas revolucionárias e de recrutamento para as organizações de esquerda. Logo após o golpe militar, as primeiras semanas de aula nas universidades foram suspensas e foi colocada em ação a chamada Operação Limpeza, nome utilizado por agentes do Estado e seus apoiadores para expressar a determinação de afastar do cenário público os adversários recém-derrotados – comunistas, socialistas, trabalhistas e nacionalistas de esquerda, entre outros.<sup>14</sup> Dois tipos de motivação estiveram presentes nos afastamentos de dirigentes universitários: alguns, por serem considerados *persona non grata* pelo regime recém-instalado, caso da Universidade de Brasília (UnB); e outros, por começarem a colocar obstáculos às ações repressivas. Nesse caso, o afastamento visou facilitar o processo de expurgo de docentes e estudantes. Estão identificados oito casos de afastamento de reitores pelo regime militar e o de um reitor que pediu afastamento devido às pressões recebidas.<sup>15</sup>

Além das cassações (de reitores e professores), outro instrumento amplamente utilizado pelos militares foram os Inquéritos Policial-Militares (IPM). Vários IPMs foram abertos ainda no mês de abril de 1964, para investigar entidades associativas, como a UNE, instituições de ensino e pesquisa, como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), e partidos, como o PCB.<sup>16</sup> Na 144ª Sessão Extraordinária do Conselho Universitário da Universidade Federal do Ceará (UFC), em 2 de maio de 1964, os conselheiros discorreram sobre um telegrama originário do Ministério da Educação e Cultura entregue à reitoria em 28 de abril, cujo assunto era uma portaria que determinava a instauração de inquéritos nas universidades para investigação de atividades subversivas. Nas universidades, as comissões de inquérito eram designadas pelos reitores.<sup>17</sup> Também foram instalados diversos IPMs para investigar a Universidade de São Paulo (USP). No entanto, houve diretores, como José de Moura Gonçalves, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP), e Álvaro Guimarães Filho, da Faculdade de Higiene e Saúde Pública, que se recusaram a permitir a condução desses inquéritos nas dependências das suas escolas. Segundo as informações levantadas pela Comissão da Verdade da USP (CV/USP),<sup>18</sup> em Ribeirão Preto foram registradas duas prisões de professores na delegacia de polícia municipal: Luiz Carlos Raya e Hona Tahim. Na Faculdade de Filosofia (FFCL-USP), apesar de protestos da direção,

o inquérito foi conduzido na própria faculdade. Nesse IPM, as pressões recaíram sobre professores conhecidos, como Florestan Fernandes, João Cruz Costa, Mario Schenberg e Fernando Henrique Cardoso. Florestan chegou a ser preso, entre 8 e 10 de setembro de 1964, por protestar formalmente contra o IPM.<sup>19</sup> Fernando Henrique Cardoso, que viria a ser presidente da República de 1995 a 2003, não foi ouvido porque se encontrava no exterior. Nessa época, no entanto, não há notícias de demissões de professores na FFCL-USP. Já o IPM referente à Faculdade de Medicina, instalado com o apoio da Congregação, ficou muito conhecido. Foram indiciados Luis Hildebrando Pereira da Silva, Thomas Maack, Erney Plessman de Camargo, Luiz Rey, Julio Puddles, Michel P. Rabonivitch, Pedro Henrique Saldanha, José Maria Tacques Bittencourt, Nelson Rodrigues dos Santos, Reynaldo Chiaverini e Israel Nussenzveig. Antes mesmo do término do IPM, chegou a ser preso o professor Isaias Raw, e também os professores Luis Hildebrando Pereira da Silva e Thomas Maack, que foram levados para o navio Raul Soares, ancorado em Santos e que fora transformado em prisão. No final do processo, todos os professores indiciados foram absolvidos na Justiça Militar. Isso não impediu que, antes do término do processo, fossem demitidos alguns desses envolvidos. O pior aconteceu na Faculdade de Arquitetura: em 4 de setembro de 1964 foram presos os professores João Villanova Artigas e Abelardo Riedy de Souza em plena sala de aula. Os dois nomes constavam da lista da “comissão secreta” que o reitor Luís Antônio de Gama e Silva produziu. Artigas ficou preso nas dependências do 7º Batalhão do Exército, no Parque D. Pedro II, no centro de São Paulo, e foi liberado depois de 14 dias. Segundo um jornal local,<sup>20</sup> foi recebido com festa pelos alunos.

O caso mais ilustrativo da violência da repressão política no ambiente universitário está relacionado à desestruturação da Universidade Federal de São Paulo (UFSP). Criada no início dos anos 1960, em um projeto semelhante ao da UnB, a UFSP reuniu várias escolas isoladas, sendo a principal delas a Escola Paulista de Medicina (EPM).<sup>21</sup> Poucos dias depois do golpe, em 13 de abril de 1964, o novo governo que se formou determinaria, por meio do Decreto nº 53.885/1964, a revogação dos decretos de dezembro de 1963 que definiam os termos da organização da UFSP, a dissolução de seus conselhos e a exoneração de seu reitor, o professor e também fundador da EPM Marcos Lindenberg. Em setembro, Lindenberg seria aposentado compulsoriamente por meio dos “Atos Normativos da Revolução”, além de ter enfrentado um inquérito no âmbito interno da Escola, liderado pelos professores Antônio Bernardes de Oliveira, Rodolfo de Freitas e Otto Bier. No mesmo ato, o professor David Rosemberg também foi aposentado, e o professor Sebastião Baeta Henriques foi exonerado de suas funções, assim como foi demitido do cargo de procurador o advogado Fábio Braz Gianini e colocado em disposição o professor-assistente Jesus Carlos Machado.<sup>22</sup>

Em 9 de abril, em Brasília, a UnB sofreu a primeira de suas invasões. Um corpo de militares vindo do estado de Minas Gerais chegou em 14 ônibus. No *campus*, invadiram salas de aula, revistaram estudantes, procuraram armas e material de propaganda subversiva. Buscavam 13 professores, que deveriam ser presos e interrogados. Os 13 professores presos foram levados da UnB para o Teatro Nacional e, de lá, para o Quartel da Polícia do Exército, no Setor Militar Urbano.<sup>23</sup> A biblioteca e as salas dos professores ficaram interditadas por duas semanas. Na sequência dessa invasão, o reitor Anísio Teixeira e o professor Almir de Castro (um dos coautores do projeto que fundou a UnB) foram demitidos. Em 13 de abril, mais ações atingiram o ensino superior no país e, em particular, a UnB sofreu duro ataque, que recaiu sobre seu quadro de dirigentes, com a publicação de decreto assinado por Ranieri Mazzili, então no exercício da presidência da República, e Luís Antônio Gama e Silva – reitor da USP que ocupou por duas semanas o posto de ministro da Educação e Cultura –, extinguindo o mandato de todos os membros do Conselho Diretor da UnB, composto por Abgar Renault, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo, Frei Mateus Rocha O. P., Luiz Zaidman, Hermes Lima, Alcides Rocha Miranda, João Mugen de



Oliveira e Anísio Spínola Teixeira. Na mesma edição do *Diário Oficial* foi publicada a Portaria nº 224 do Ministério da Educação e Cultura (MEC), que suspendeu do exercício de cargo de vice-reitor da UnB Almir Godofredo de Almeida Castro, designando, em seu lugar, como reitor *pro tempore*, Zeferino Vaz.<sup>24</sup> Na mesma data, foi publicado o Decreto nº 53.884/1964, extinguindo o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), considerado o “centro intelectual da ação comunista”. Uma operação foi montada e a sede do instituto foi invadida e depredada, inclusive sua biblioteca. Alguns professores, como Wanderley Guilherme dos Santos, foram aposentados e outros foram posteriormente afastados do serviço público por “abandono de serviço”.<sup>25</sup> Em maio de 1964, de volta à reitoria da USP, Luís Antônio da Gama e Silva nomeou uma “comissão secreta”, composta pelos professores Moacyr Amaral Santos (Faculdade de Direito), Jerônimo Geraldo de Campos Freire (Faculdade de Medicina) e Theodureto I. Arruda Souto (Escola Politécnica), com a finalidade de investigar e apontar “focos de subversão” na universidade e recomendar o expurgo de professores, alunos e funcionários. No fim dos trabalhos, a comissão recomendou em documento específico a suspensão dos direitos políticos de 52 membros da USP – entre professores, funcionários e alunos – pertencentes a dez unidades, citados nominalmente.<sup>26</sup>

Depois de oito meses em funcionamento, em 27 de maio de 1964, a Câmara dos Deputados encerrou a Comissão Parlamentar de Inquérito da UNE. Foi publicada a Resolução nº 56 nomeando uma Comissão Especial para elaborar projeto de lei para regular as atividades representativas estudantis, transferindo a sede da UNE para Brasília. Esse ato se constituiu no primeiro passo para a adoção de lei que colocou as entidades estudantis na ilegalidade. Aprovada pelo Congresso Nacional em 9 de novembro de 1964, a Lei nº 4.464 dispunha sobre os órgãos de representação dos estudantes. Extinguindo a UNE e demais entidades estudantis, a lei criou novas entidades tuteladas pelas universidades e, em última instância, pelo governo. Assim dispôs o artigo 2º da lei:

Art. 2º São órgãos de representação dos estudantes de ensino superior:

- a) o Diretório Acadêmico (D.A.), em cada estabelecimento de ensino superior;
- b) o Diretório Central de Estudantes (D.C.E.), em cada Universidade;
- c) o Diretório Estadual de Estudantes (D.E.E.), em cada capital de Estado, Território ou Distrito Federal onde houver mais de um estabelecimento de ensino superior;
- d) o Diretório Nacional de Estudantes (D.N.E.), com sede na Capital Federal.

Na prática, a Lei Suplicy de Lacerda, como ficou conhecida, em alusão ao ministro da Educação e Cultura, visava o controle e o esvaziamento do movimento estudantil.<sup>27</sup>

Em setembro de 1965, o reitor da UnB, Laerte Ramos de Carvalho, pressionado pelos militares,<sup>28</sup> decidiu “impedir que o professor Roberto [Décio de] Las Casas [diretor do Instituto de Ciências Humanas] e a funcionária Edna Sóter de Oliveira permaneçam na UnB, por motivos de natureza política e ideológica [...]”.<sup>29</sup> O fato gerou protestos diversos nas universidades do Distrito Federal e todos os coordenadores de institutos pediram renúncia coletivamente. Em 8 de outubro, os professores reunidos decidiram realizar no dia seguinte greve de 24 horas. O ato foi seguido pelos estudantes que, em assembleia, declararam-se em greve por prazo indeterminado. No dia 10 de outubro, domingo, o reitor Ramos de Carvalho solicitou ao Departamento da Polícia Federal a ocupação do *campus*. Durante o dia e a noite de domingo, ocorreram algumas prisões de professores, no *campus* e na cidade.<sup>30</sup> Na segunda-feira, 11 de outubro:

[...] foi reforçado o aparato policial no campus e em suas imediações, tendo-se passado a impedir o acesso de quaisquer pessoas vindas da cidade ao campus, inclusive de parlamentares e representantes diplomáticos estrangeiros, que foram constringidos pela polícia a deter seus automóveis a grande distância da Universidade. [...] pelas 11 horas da manhã, prendeu a polícia, em pleno campus, dois professores estrangeiros: o físico nuclear francês Michel Paty, o qual, em função de convênio com a *Coopération Technique Française*, é professor visitante do Instituto Central de Física; e o arquiteto indiano, premiado em seu país, Shyam Janveja, o qual, como instrutor da Escola de Arquitetura, elabora uma tese sobre a arquitetura de Brasília. [...]<sup>31</sup>

A crise foi aumentando até que, em 18 de outubro, 223 professores pediram demissão em solidariedade aos colegas demitidos e perseguidos por motivações políticas. A crise da Universidade de Brasília refletiu em outros estados e uma CPI foi instalada na Câmara Federal, sem que alcançasse um resultado efetivo.<sup>32</sup>

### C) A REORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL E AS GRANDES MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS (1966-1968)

Apesar da ilegalidade imposta pelo governo às representações estudantis tradicionais, o movimento se reestruturou e, desde 1966, passou a realizar protestos e greves, protagonizando uma série de manifestações que acabavam em choques, muitas vezes violentos, com as forças policiais nos diferentes estados. A pauta dos estudantes incluía desde questões mais específicas como a melhora dos restaurantes universitários e o fim dos acordos MEC-USAID<sup>33</sup> até a luta mais geral para terminar com a ditadura. O mês de setembro daquele ano foi particularmente agitado. As aulas na Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro, foram suspensas e, durante um congresso clandestino realizado pela União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE-SP) e pela UNE em São Bernardo do Campo, foram presos 178 estudantes, sendo 36 enquadrados na Lei de Segurança Nacional. A UNE decretou greve geral para o dia 18 e os estudantes elegeram o dia 22 como o Dia Nacional de Luta contra a Ditadura. Nesse dia, os estudantes realizaram uma grande manifestação no Rio de Janeiro e, posteriormente, cerca de 600 universitários se reuniram na Faculdade de Medicina da UFRJ, no seu *campus* da Praia Vermelha.<sup>34</sup> Os estudantes ficaram cercados pela polícia durante horas e alguns parlamentares tentaram negociar uma saída pacífica para o grupo. Porém, na madrugada do dia 22 para 23 de setembro, a polícia invadiu a Faculdade de Medicina e expulsou os estudantes com violência. O episódio ficou conhecido como o “Massacre da Praia Vermelha”. Segundo o depoimento do decano do Centro de Ciências da Saúde à época, Almir Fraga:

Quando as Forças Armadas invadiram a Faculdade de Medicina da Praia Vermelha, transformaram o campus universitário em um verdadeiro campo de guerra. Estudantes foram espancados na ocasião e o prédio e os laboratórios foram depredados. Estima-se que cerca de 600 estudantes tenham sido agredidos pelas forças policiais, quando foram obrigados a passarem por um “corredor polonês” para deixarem o prédio.<sup>35</sup>

Foi no ano de 1966 que a UNE voltou a organizar eleições para sua diretoria, por meio de seu 28º Congresso. Mesmo sendo proibido pela ditadura, os estudantes escolheram a cidade de Belo Horizonte para organização do evento. Como a Polícia Militar passou a vigiar todos os



locais de encontro de universitários, o congresso acabou se realizando, com a ajuda de religiosos franciscanos, nos porões da Igreja de São Francisco de Assis. O congresso seguinte, em 1967, foi planejado para ocorrer em um convento beneditino em Campinas. Desta feita, as forças policiais invadiram e depredaram o local e também o Colégio Notre-Dame. Padres e estudantes foram presos e levados ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), em São Paulo. Diante da recusa em fornecer o nome dos 392 estudantes que participaram das atividades, os padres foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional.<sup>36</sup>

Outro episódio significativo demonstra o elevado grau de repressão nas universidades por parte dos militares. Em 20 de abril de 1967, os estudantes da UnB fizeram uma manifestação contra a presença do embaixador norte-americano John Tuthill, que participou de solenidade comemorativa de doação de livros na Biblioteca Central daquela universidade. Segundo o reitor Laerte Ramos de Carvalho, “o salão da biblioteca foi ocupado por policiais militares, num momento em que já haveria um confronto entre estudantes e agentes do DOPS logo após a saída do embaixador. E houve, então, a detenção de vários alunos”.<sup>37</sup> Uma carta sobre o episódio escrita pelo estudante Honestino Guimarães, até hoje desaparecido, encontrada no acervo da ASI/UnB, foi dirigida ao reitor Laerte Ramos Carvalho. Nela, o universitário chama o evento de “massacre de abril de 1967”. A carta exige a demissão do professor Román Blanco (acusado de ser “agente do governo” pelos alunos) por, entre outras coisas, “ter trancado a porta da biblioteca naquele dia, para impedir que os alunos escapassem da polícia”.<sup>38</sup> Foram 76 os presos naquela data e os estudantes que lá estiveram foram espancados pela polícia dentro da biblioteca.<sup>39</sup> Esse fato foi confirmado por Paulo Speller, em depoimento prestado em audiência pública da Comissão Anísio Teixeira Memória e Verdade em 5 de julho de 2013, e também por Eustáquio Ferreira, em depoimento gravado em 22 de julho de 2013, que afirmou, ainda, que as prisões duraram três dias.

Entre fins de 1967 e início de 1968, muitas manifestações aconteceram em todo o país. Em 28 de março de 1968, uma estava programada pela Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC), restaurante universitário que, à época, abrigava a União Metropolitana de Estudantes, na cidade do Rio de Janeiro. Os estudantes protestavam, entre outras reivindicações, pela melhoria das instalações do restaurante e da qualidade da comida e contra o aumento do preço cobrado. Durante o protesto, a polícia invadiu o restaurante e acabou matando um estudante: Edson Luís Lima Souto. Um longo cortejo formado por mais de 50 mil pessoas acompanhou a saída do corpo de Edson Luís da Assembleia Legislativa, onde foi velado, para o local de seu sepultamento, o cemitério São João Batista. Em todo o país, várias manifestações ocorreram em consequência desse episódio, ampliando o número de mortos e feridos. Na missa de sétimo dia, como forma de conter a pressão, o governo decretou ponto facultativo na cidade e o Exército ocupou a região central, ocasionando um novo choque entre estudantes e militares. As manifestações em Goiás também tiveram final trágico. No dia 1º de abril, os estudantes realizaram uma manifestação em repúdio à morte de Edson Luís e, dessa vez, os militares mataram um estudante à queima roupa. Tratava-se de Ornalino Cândido da Silva, que foi morto por ser parecido com um militante estudantil que estava sendo procurado: Euler Vieira. Na ocasião, o jornal *O Social* publicou reportagem relatando que Ornalino era um transeunte alheio ao movimento estudantil, que estava nas imediações da manifestação quando, deliberadamente, um sargento da Polícia Militar sacou seu revólver e puxou o gatilho. Entretanto, investigações posteriores feitas pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (2007) apontaram que o estudante, na noite anterior à sua morte, confeccionou cartazes e convidou amigos para participarem da manifestação.<sup>40</sup> Olga D’Arc Pimentel era então presidente do Grêmio do Instituto de Educação de Goiânia e se lembrou do evento:

O enterro desse menino foi surrealista. Levaram um caixão vazio para a casa da família, na tentativa de evitar uma manifestação, e levaram o corpo direto do Instituto Médico-Legal para o cemitério. Percebemos a grande sacanagem e fomos, assim mesmo, em passeata até o cemitério. No cemitério, algumas lideranças nem puderam entrar tamanho era o cerco policial, e os que entraram nem puderam assistir ao enterro relâmpago porque a Polícia Federal, de arma em punho, saiu correndo e atirando atrás da gente.<sup>41</sup>

Depois da morte de Edson Luís, as manifestações aumentaram em todo o país no ano de 1968. E a violência policial também. Um desses confrontos aconteceu em 24 de junho, em Fortaleza, quando violenta repressão policial se abateu sobre uma manifestação estudantil na praça José de Alencar. A polícia cercou o logradouro e passou a agredir intensamente todos os que estavam presentes. Grande parte dos estudantes se refugiou na Faculdade de Odontologia, que se localizava naquela praça.<sup>42</sup> Cinco estudantes foram hospitalizados, entre eles Antônio Juvenal Nogueira, baleado com dois tiros, Assuero Castro Pinto, baleado na coxa, e Bérqson Gurjão Farias, vice-presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal do Ceará (UFC) que, posteriormente, veio a ser morto no curso da Guerrilha do Araguaia.<sup>43</sup>

Em fins de junho, decididos a se fazer ouvir pelo ministro da Educação, os estudantes resolveram ocupar o prédio do MEC no Rio de Janeiro. Estava instalado o palco para o episódio que ficou conhecido como a “quarta-feira sangrenta”. Nesse dia, foram construídas barricadas na avenida Central da cidade, onde se deu o choque com a polícia. Vladimir Palmeira, presidente da UNE à época, relembra:

Quando a polícia veio, naquele passo terrível, largos, aqueles passos de ganso, disseram: “O que a gente faz?”. Eu disse: “Vamos resistir”. Quando chegou, sei lá, a uns 50 metros, a gente disse: “Vamos para cima deles!”. E fomos e batemos na polícia pela primeira vez. A polícia saiu correndo e nós atrás por aquelas ruelas do Centro, invertendo as coisas. Nós passamos quatro anos correndo deles. Dessa vez, eles estavam correndo da gente. Aí, pronto, virou uma batalha campal, porque mandaram a cavalaria e a gente jogou chimbra, bola de gude, rolhas. Cavalo caiu, menino andou em cavalo. Eu me lembro que teve um menino que botou um capacete da Polícia do Exército e montou no cavalo e saiu montado no cavalo. Houve de tudo. A massa é criativa. Até que tocaram fogo num caminhão do Exército. Nesse momento, a barra pesou, chegou a PE e eu me mandei. O Jean Marc [von der Weid] foi preso. Essa foi a quarta-feira sangrenta.<sup>44</sup>

Nova passeata foi marcada para a sexta-feira subsequente na praça Tiradentes, em protesto ao ataque realizado na quarta-feira.<sup>45</sup> O episódio da sexta-feira sangrenta redundou nas mortes, reconhecidas pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e pela Comissão de familiares, de Fernando da Silva Lembo, Maria Ângela Ribeiro e Manoel Rodrigues Ferreira. A sequência de passeatas e conflitos brutais desembocou na grande Passeata dos Cem Mil, realizada em 26 de junho.

No segundo semestre de 1968 a UnB foi palco de nova invasão. Desde a morte de Edson Luís, os estudantes realizaram assembleias, suspenderam as aulas e declararam o *campus* como “Território Livre”.<sup>46</sup> Segundo dados levantados pela Comissão da Verdade da UnB (CV/UnB), em 6 de junho os estudantes, em assembleia geral, decidiram expulsar o professor Róman Blanco e o agrediram com ovos e sob gritos de “dedo-duro fascista”. No final da manhã, um grupo de estudantes entrou na sala

do professor e retirou seus livros e material didático. Em seguida, os estudantes se dirigiram ao seu apartamento, determinados a despejá-lo. Os pertences do professor foram retirados e colocados na área externa do prédio.<sup>47</sup> A tensão com as forças da repressão se manteve até 29 de agosto, quando a UnB foi invadida pelas polícias militar, civil e política (DOPS) e por forças do Exército. Estudantes e até políticos, como o então deputado federal Santilli Sobrinho, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB-SP), ficaram detidos na quadra de basquete. O estudante Waldemar Alves foi baleado na cabeça e ficou meses hospitalizado em estado grave.

Na USP, se intensificavam as discussões sobre a reforma universitária. Segundo dados levantados pela Comissão da Verdade da USP (CV/USP),<sup>48</sup> em 12 de junho, protestando contra a suposta presença na universidade de Rudolph Atcon, consultor americano da USAID, cerca de dois mil estudantes se reuniram no prédio dos cursos de História e Geografia e invadiram o prédio da Reitoria, na Cidade Universitária. Nessa época, houve ocupações estudantis na Faculdade de Direito e na Faculdade de Filosofia. O Crusp, Conjunto Residencial da USP, transformou-se em “território livre” dos estudantes. Entre 2 e 3 de outubro ocorreu a “batalha da Maria Antônia”, na qual um grupo paramilitar do Comando de Caça aos Comunistas, formado em parte por estudantes da Universidade Mackenzie, com a proteção de forças policiais, invadiu o prédio da Faculdade de Filosofia da USP, depredando instalações e agredindo seus ocupantes. No confronto, foi morto o estudante secundarista José Carlos Guimarães e várias pessoas foram feridas. Essa intervenção foi realizada por ordem do ministro da Justiça e ex-reitor da USP, Gama e Silva, e acabou provocando a demissão do professor Mário Guimarães Ferri, vice-reitor em exercício.<sup>49</sup>

Em um episódio bastante conhecido de 12 de outubro, a polícia cercou e prendeu cerca de 700 estudantes em Ibiúna, durante o 30º Congresso da UNE. Tão logo começou a movimentação pela organização desse congresso, no segundo semestre de 1968, o DOPS São Paulo montou uma operação, em conjunto com as polícias da Guanabara, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul, entre outros estados, para acompanhar e desbaratar o evento estudantil. Assim foi lançada a Operação Ibiúna,<sup>50</sup> que ocorreu em três fases, a saber: a primeira, antes do evento, onde agentes infiltrados produziam informações sobre a realização do congresso. A segunda foi a ação da prisão ilegal dos estudantes: 95 investigadores do DOPS/SP participaram da ação coordenada pelos delegados José Paulo Bonchristiano (adjunto da Ordem Política) e Orlando Rozante (adjunto da Ordem Social), e, por fim, o inquérito propriamente dito. Após a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 dezembro, um último episódio encerrou o ano universitário de 1968. Em 17 de dezembro, a Cidade Universitária da Universidade de São Paulo foi invadida e seu conjunto residencial (Crusp) foi ocupado por forças policiais e militares. No Crusp foram presos – e liberados aos poucos – cerca de 800 estudantes. Cerca de 1.400 estudantes que lá residiam foram desalojados. Houve protestos formais do vice-reitor em exercício e do Conselho Universitário. Logo depois foi aberto um IPM específico sobre o Crusp,<sup>51</sup> com o indiciamento de 43 estudantes.

#### **D) OS ANOS DE CHUMBO E A RESISTÊNCIA NAS UNIVERSIDADES: O DECRETO-LEI Nº 477/1969 E O SEGUNDO PERÍODO DE EXPURGOS**

Respaldados no Ato Institucional nº 5 (AI-5), dirigentes universitários começaram o período de punições em janeiro de 1969. O alvo principal, em um primeiro momento, foram os estudantes. Na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), o DCE foi invadido e fechado. Na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), dezenas de estudantes foram excluídos, alguns de modo definitivo, outros

com punição de exclusão pelo período de um ou dois anos.<sup>52</sup> Na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sete estudantes e uma funcionária foram acusados de pertencer à organização Colina e outros estudantes ligados à organização Corrente foram expulsos com base no regimento da universidade.<sup>53</sup> Na UnB, os números foram bem maiores: mais de 250 alunos tiveram a matrícula negada. Todas as expulsões foram realizadas mesmo sem a aplicação daquele considerado o mais despótico instrumento empregado pelo regime militar: o Decreto-Lei nº 477, que dispunha sobre infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino. Esse Decreto-Lei, editado em 26 de fevereiro 1969, qualificava em seu artigo 1º como incurso em infração disciplinar aquele que: “Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento”; “atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dele”; “pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dêle participe”; “conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza”; “sequestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno”; “use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública”.<sup>54</sup> Eram previstas penas de demissão ou dispensa de membro de corpo docente, funcionário ou empregado do estabelecimento de ensino, bem como a proibição por cinco anos de ser nomeado, admitido ou contratado por outro da mesma natureza; e, em se tratando de aluno, a proibição por três anos de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino.

Não se pode precisar o número exato de punidos pelo Decreto-Lei nº 477/1969. Existem algumas listas que foram produzidas e circularam no início dos anos 1970 por diferentes órgãos do regime, visando controlar a movimentação dos alunos punidos. Um desses documentos foi produzido pela Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação (DSI/MEC) em abril de 1972, contendo o nome de 207 estudantes atingidos. Outro documento foi produzido pelo Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica (CISA) em janeiro de 1973,<sup>55</sup> na verdade um álbum fotográfico para o qual o CISA solicitava o empenho da comunidade para a remessa das fotos faltantes. Nele, menciona-se o nome de 782 estudantes dos seguintes estados: Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Guanabara, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo. O relatório apresenta o nome de cada estudante, faltando a indicação da universidade à qual pertencia. O álbum registrou dois estudantes que já se encontravam mortos, a saber: Mário de Souza Prata e Chael Charles Schreier. O documento apresenta números fictícios, como no caso da Bahia, com 323 atingidos. Esse número alto de expurgos contrasta com outras estimativas, como a do *Brasil: nunca mais*, que levantou o número de 245 atingidos pelo Decreto-Lei nº 477.<sup>56</sup> Talvez a apresentação de um número maior de estudantes tivesse a intenção de exibir “inimigos do regime”, atrapalhando, dessa maneira, a vida estudantil daquelas pessoas. Talvez, ainda, fosse uma maneira de “completar o álbum” com as fotos dos “subversivos” faltantes, interesse maior da agência da Aeronáutica. A maior parte das expulsões das universidades brasileiras foi realizada por meio do ato administrativo de negativa das matrículas, prerrogativa prevista em diversos regimentos internos das universidades.

O ano de 1969 teve nova onda de aposentadorias compulsórias, no que ficou conhecido como segundo período de expurgo dos professores universitários e pesquisadores. Em final de abril, mais de 40 professores de universidades federais, sendo 23 da UFRJ e 24 da USP, inclusive seu reitor em exercício, foram aposentados com base no AI-5. Entre setembro e outubro do mesmo ano, ocorreu nova leva: 18 da UFRGS e 15 professores da UFMG. Nomes importantes da comunidade acadêmica brasileira, como o biomédico Isaías Raw, os sociólogos Fernando Henrique Cardoso e Bolívar Lamounier e

o físico José Leite Lopes, entre tantos outros. Estima-se que cerca de 150 professores<sup>57</sup> foram punidos por atos oficiais do governo federal. Esse número torna-se maior quando se verifica que muitos reitores utilizaram outros instrumentos para banimento de professores, casos da UFPB, que em 1969 afastou cerca de 20 professores, e da UnB, que entre fins de 1968 e início de 1969 afastou 80 professores.<sup>58</sup> Em outubro de 1969 o Ato Complementar nº 75 impediu que os “expurgados” exercessem a profissão:

Art. 1º Todos aqueles que, como professor, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público, incorreram ou venham a incorrer em faltas que resultaram ou venham a resultar em sanções com fundamento em Atos Institucionais, ficam proibidos de exercer, a qualquer título, cargo, função, emprego ou atividades, em estabelecimentos de ensino e em fundações criadas ou subvencionadas pelos Poderes Públicos, tanto da União, como dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, bem como em instituições de ensino ou pesquisa e organizações de interesse da segurança nacional.<sup>59</sup>

Vale registrar, para além das consequências materiais em decorrência da perda abrupta de seus empregos e, logo, de seus salários, o impacto simbólico, subjetivo que as aposentadorias e demissões tiveram na vida desses professores.<sup>60</sup>

#### **E) A RESISTÊNCIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL E A REPRESSÃO NOS ANOS DE CHUMBO**

Após Ibiúna e com as grandes restrições e a vigilância imposta, o movimento estudantil tentou se reorganizar. A UNE finalizou o 30º Congresso em 1969 elegendo Jean Marc van der Weid, da Ação Popular, para sua presidência. Contudo, as dificuldades para se manter estruturada persistiam. Diante da grande vigilância e repressão que se abateu nas universidades entre 1969 – 1974, os estudantes procuraram novas formas de organização, uma vez que os canais tradicionais, em sua grande maioria, foram proibidos. Realizavam inúmeras atividades culturais como festivais de música, cine clubes, grupos de teatro cujos temas acabavam sempre abordando a situação política pela qual o país passava. Inúmeros jornais estudantis eram apreendidos pelas diferentes agências da repressão haja vista a quantidade de periódicos que se encontram entre a documentação produzida pelos órgãos de repressão, hoje recolhida aos arquivos públicos do país, sendo um sinal do constante monitoramento dos estudantes.

Episódio que se destaca nesse contexto de resistência é a morte do estudante de geologia da USP Alexandre Vannucchi Leme pelo Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna de São Paulo (DOI-CODI/SP) em 17 de março de 1973. Alexandre, que tinha atuação destacada no movimento estudantil, estava sendo procurado pelos órgãos da repressão por sua militância na ALN.<sup>61</sup> A notícia da morte de Alexandre rapidamente se espalhou pela USP e houve manifestações e paralisações na universidade. Foi assim que os estudantes da Geologia tiveram a ideia de celebrar uma missa em homenagem a Alexandre, aprovada pelo Conselho de Centros Acadêmicos. Com a aprovação de D. Paulo Evaristo Arns foi realizada em 30 de março, na Catedral da Sé, missa em memória do estudante. Naquele dia, a USP foi cercada por policiais, bem como o centro da cidade. Na Sé o aparato militar, enorme, contava com uma metralhadora de frente para a Catedral e câmaras da TV Gazeta filmaram rosto a rosto aqueles que se faziam presentes, com o pretexto de transmitir a missa. O ato reuniu cerca de 5 mil pessoas e é considerado a primeira grande manifestação de massa desde 1968. Outro caso emblemático da



USP foi o desaparecimento da professora do Instituto de Química, Ana Rosa Kucinski, em 22 de abril de 1974. Em depoimento à CNV, o chefe da Assessoria Regional de Segurança e Informação do MEC em São Paulo, Arminak Cherkezian, afirmou não lembrar dos casos:

[...] esse assunto nunca transitava, nós éramos comunicados o que estava acontecendo. O pessoal de campo que eles falavam, que produziam estes documentos, divulgavam também para a gente informar o ministro. A função das Assessorias é de informação ao ministro e recebemos do ministro, da Divisão [de Segurança e Informação] dele para distribuir também. Mas a isso [a mortes e desaparecimentos] nós não tínhamos acesso jamais.<sup>62</sup>

Entretanto, no livro de entrada do DOPS/SP, na data do dia 23 de abril de 1974, um dia depois do desaparecimento de Ana Rosa, consta a entrada do chefe da Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) da USP, Krikor Tcherkesian, irmão de Arminak. Antes do dia 23, ainda no ano de 1974, o livro do DOPS registra cinco entradas de Krikor, todas elas com rápida duração. No dia 23 de abril Krikor fica 1h30 min naquela delegacia. Posteriormente a essa data, registram-se mais cinco entradas do chefe da AESI/USP, todas rápidas, com exceção da visita de duas horas no dia 22 de maio de 1974.<sup>63</sup>

Poucos meses depois de eleito presidente da UNE, em 1969, Jean Marc foi preso, levado para o DOPS/RJ e depois para a Marinha, na Ilha das Flores, onde foi vítima de tortura.<sup>64</sup> Sua prisão durou um ano e meio: foi libertado por ocasião do sequestro do embaixador suíço e, a seguir, pediu asilo no Chile, em janeiro de 1971. Com Jean Marc na prisão, Honestino Guimarães, um dos vice-presidentes, assumiu a direção da entidade estudantil, até ser eleito presidente em um pequeno congresso realizado em 1971. As referências à realização do 31º Congresso em 1971 são poucas. Em um depoimento no Quartel-General da 3ª Brigada de Infantaria, em Brasília, no dia 17 de dezembro de 1971, o depoente Ademar Alvarenga Prado, codinome “Lúcio” – que respondia a um processo coletivo referente à atuação da Ação Popular<sup>65</sup> –, narra como foi o “caminho” para chegar até o Rio de Janeiro, onde seria realizado o 31º Congresso.<sup>66</sup> Um documento confidencial do Exército sobre a participação de estudantes da Ação Popular Marxista Leninista do Brasil (APML do B) traz o nome de seis participantes do congresso no Rio: Luiz, da Paraíba; Manoel, de Sergipe; Joaquim, da Bahia; Carlos, de São Paulo; Ademar Alvarenga Prado e Gil, de Minas Gerais. Afirma ainda que o congresso foi presidido por Honestino Monteiro Guimarães.<sup>67</sup>

A partir de 1971, as referências às ações da entidade praticamente desaparecem, assim como as menções à UNE. Em um processo movido contra militantes da APML em Brasília, há referências à atuação da “extinta UNE” em 1972, relacionadas à elaboração e distribuição de panfletos “subversivos”, e há também a menção a Honestino como presidente da entidade nesse ano.<sup>68</sup> Em outro depoimento, também de 1973, o estudante da USP Luiz Antônio Bongiovani, também chamado de “Bombom”, afirma que foi “induzido [por Alexandre Vannucchi Leme] a manter ligações com elemento da UNE de codinome ‘Chico’, cujos contatos foram feitos através de Marcelo José Chueiri”.<sup>69</sup> Também afirmou que:

Participou da reunião da UNE na UFF em companhia de ‘Chico’, sendo certo que após conversar com Ronaldo a respeito de ‘Chico’ descobriu que, pela descrição, esse elemento era o próprio Honestino Guimarães, agitador do meio estudantil, procurado pelos órgãos de segurança.<sup>70</sup>



É importante notar que, no início de outubro de 1973, grande parte da diretoria da UNE foi presa, incluindo seu presidente, Honestino Guimarães, preso em 10 de outubro e, desde então, um “desaparecido político”.

#### **F) A REORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL E O RETORNO DAS MANIFESTAÇÕES DE MASSA E SUA REPRESSÃO**

Durante os anos de 1974 e 1975, os estudantes puderam retomar a organização de uma forma de protesto muito comum no meio: as greves, que tinham como motivo a realidade universitária.<sup>71</sup> A maior delas foi realizada na Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP. Ela foi decretada em 16 de abril de 1975, quando o diretor da Escola, Manuel Nunes Dias, considerado um “agente dos órgãos de repressão” pelos alunos, depois de inúmeros “desmandos”, cancelou o contrato do professor Sinval Freitas Medina, por ele ter sido “reprovado” pela banca de qualificação de mestrado. Os estudantes pediam a saída do diretor. A greve durou 73 dias e contou com a participação de estudantes de dez cursos, que pediam ainda a revogação do Decreto-Lei nº 477, do AI-5 e do jubramento, entre outras demandas. Assim, em outubro de 1975, os estudantes da USP estavam organizados quando começaram a ocorrer prisões de militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, portanto, puderam realizar grandes mobilizações, juntamente com outras entidades, quando da morte do ex-professor da ECA Vladimir Herzog, reeditando a missa na Igreja da Sé, realizada dois anos antes pela morte de Alexandre Vannucchi Leme. Nessa mesma onda de prisões do PCB, em 29 de outubro de 1975, o professor do Departamento de História Ademir Gebara e três estudantes da Unicamp – Gustavo Zimmermann, Hélio Rodrigues e Osvaldo Luiz de Oliveira – foram presos, acusados de terem relações com o partido. Foram levados ao DOI-CODI de São Paulo, onde sofreram agressões e foram torturados.<sup>72</sup>

O ano de 1977 foi bastante emblemático. Depois de nove anos os estudantes voltaram a realizar grandes manifestações de rua por todo o país. Depois de dois encontros nacionais de estudantes (ENE) para reorganização da UNE, no ano de 1976, os estudantes tentaram realizar o III Encontro três vezes. A primeira tentativa, em junho de 1977, na cidade de Belo Horizonte, foi abortada antes mesmo de seu início. Forças-tarefa da polícia foram acionadas e começaram a agir nos próprios estados de origem, impedindo estudantes de saírem; muitos daqueles que chegaram às proximidades de Belo Horizonte foram presos. Os cerca de 400 estudantes que conseguiram escapar do esquema de segurança da polícia se reuniram na Faculdade de Medicina, sendo cercados pelas tropas mineiras, a pedido do governador Aureliano Chaves (em consonância com as normativas do ministro da Justiça, Armando Falcão), e rendidos pela polícia para interrogatório.

Foi nesse contexto que a 29ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), de 1977, sofreu total restrição por parte do governo. Tendo como presidente o professor da USP Oscar Sala, físico, e como secretária-geral a professora Carolina Martuscelli Bori, do Instituto de Psicologia da USP, esta última responsável pela organização do evento, a SBPC tinha sua reunião prevista para acontecer em Fortaleza, na Universidade Federal do Ceará. Em data próxima ao evento, o então ministro da Educação Ney Braga comunicou aos dirigentes da instituição que não haveria verba para o financiamento da reunião e as universidades federais ficaram proibidas de sediá-la. Integrantes da SBPC, em reunião com cerca de 900 sócios, indicaram a USP como sede alternativa, mas o aval da reitoria não foi obtido. Os dirigentes então recorreram à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). A reitora, professora Nadir Kfourri, com a anuência imediata de D. Paulo Evaristo Arns, acolheu a proposta. Assim, de última hora, a PUC-SP organizou seus espaços e sua infraestrutura para abrigar o evento. Junto ao caráter científico das atividades, a

29ª Reunião da SBPC foi principalmente um período de debates políticos e um gesto de resistência, a respeito do qual Carolina Bori teria ainda dito: “Essa foi a resposta dos cientistas ao governo, que mostrou que toda a tentativa de controle foi em vão”.<sup>73</sup>

Em 21 de setembro, o mesmo esquema policial posto em prática em Belo Horizonte para conter os estudantes foi montado pelas tropas comandadas pelo secretário de Segurança Pública, o militar Erasmo Dias, na capital paulistana. A Cidade Universitária, local previsto para realização da segunda tentativa do III ENE, foi cercada. Diante da impossibilidade da realização do encontro no *campus* da Universidade de São Paulo, dezenas de universitários se reuniram na Faculdade de Medicina da USP, onde mais uma vez o encontro foi frustrado pela chegada de tropas. Depois de uma negociação, os cerca de 200 estudantes se renderam e foram ao DOPS prestar depoimento. No dia seguinte, os estudantes fizeram uma série de protestos em diferentes locais da cidade e foi realizada uma grande assembleia na PUC. Ali foi anunciada a realização do III ENE, em uma reunião de pouco mais de uma hora, na qual estiveram presentes 70 delegados de dez estados, que aprovaram a criação de uma comissão pró-UNE. Terminada a reunião, as tendências vitoriosas propuseram realizar uma “comemoração” na própria PUC naquela noite, causando o trágico episódio da invasão,<sup>74</sup> cujo saldo foi a destruição de instalações e equipamentos da universidade, vários estudantes feridos, cerca de 700 presos e 37 enquadramentos na Lei de Segurança Nacional.

O ano de 1977 na UnB foi de dura repressão. Ocorreram quatro invasões militares na universidade. Logo no início do calendário escolar, os estudantes já se encontravam mobilizados pedindo a demissão do reitor, José Carlos de Almeida Azevedo. Esse foi o motivo para a primeira invasão, realizada em 31 de maio, após os estudantes decidirem entrar em greve e o reitor suspender 16 alunos identificados como líderes das manifestações. O *campus* ocupado pela polícia ensejou o retorno às aulas. Entretanto, em 6 de junho, tropas militares invadiram novamente o *campus* e prenderam estudantes. Em 17 de junho aconteceu a primeira reunião do Conselho Universitário (Consuni) desde a sua criação. Nela foram discutidas as punições aplicadas pelo reitor José Carlos de Almeida Azevedo. Com exceção dos professores José Carlos Coutinho e Marco Antônio Rodrigues Dias, o conselho legitimou as sanções. Foi instalada, então, uma comissão de inquérito para apurar as responsabilidades da greve. As aulas foram suspensas por 30 dias. Findos os trabalhos da comissão, a decisão do inquérito foi a seguinte: 30 alunos foram expulsos, sete suspensos por 90 dias, 25 suspensos por 30 dias e dois suspensos por cinco dias. No total, 64 estudantes foram punidos.<sup>75</sup> Ainda em fins de outubro e início de novembro, outras duas invasões ocorreram na universidade.

Em 1978, os estudantes realizaram o IV ENE e decidiram reconstruir a UNE em um congresso em maio de 1979, na cidade de Salvador. Apesar de ser proibido, os universitários organizaram um congresso que reuniu aproximadamente 10 mil estudantes. O governo federal se empenhou para que ele não acontecesse. Uma dessas tentativas partiu do Secretário de Ensino Superior que, às vésperas da realização do congresso, enviou um ofício aos reitores pedindo-lhes para evitarem “criar facilidades de qualquer natureza” aos estudantes que desejavam participar do Congresso da UNE, pois a posição daquele ministério era contrária à refundação da entidade.<sup>76</sup> Com a UNE reconstruída, o movimento estudantil se articulou para a retomada de seu prédio, na Praia do Flamengo, número 132, que, desde 1966, era ocupado pelo Centro de Artes da Federação de Escolas Isoladas – FEFIERJ (atual Unirio). Entre março e junho de 1980, os estudantes engajados na UNE travaram uma batalha contra a polícia, a justiça e o poder público para impedir a demolição do prédio. A imprensa cobriu os episódios com inúmeras matérias. Mesmo com uma liminar impetrada pelo juiz da 4ª Vara Federal, Carlos Aarão Reis, que chegou a ir pessoalmente à sede para paralisar as obras, com um projeto de lei da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados determinando o tombamento do prédio da antiga

sede da UNE pelo Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN), com as inúmeras manifestações de estudantes não só em frente ao prédio, como em todo o país, como mostra o monitoramento do SNI,<sup>77</sup> a partir de 5 de junho tiveram início as obras de demolição do prédio. Presidente da UNE na época, Rui César Costa e Silva lembra do episódio:

Mas foi um episódio bastante frustrante, porque nós assistimos ao prédio cair. Eles implodiram o prédio na nossa frente. Na frente do prédio se travava uma verdadeira batalha, brutal. Policiais e estudantes brigando. O prédio desabou, toda a frente e o miolo, e ficaram aparentes somente o fundo e a abóbada do teatro. Foi um episódio extremamente doloroso. Acho que foi uma agressão à história do Brasil, um atestado de ignorância não só dos militares, mas também dos dirigentes do governo e da prefeitura do Rio de Janeiro. Uma incapacidade da opinião pública de reagir, um bando de estudantes solitários brigando pela preservação de um espaço, de um patrimônio, de uma forma completamente isolada. Acho que é mais um atestado do tipo de ignorância que atingiu o país nesses 20 anos de ditadura militar. Foi um encontro com a ignorância muito forte esse episódio.<sup>78</sup>

Outro episódio marcou o ano de 1980, em Belém. No dia 10 de março, estudantes da Universidade Federal do Pará (UFPA) assistiam a uma aula de Estudos de Problemas Brasileiros ministrada pela professora Maria Inês, no Pavilhão Fb, quando o estudante de Matemática César Moraes Leite foi morto após ser atingido por um tiro de revólver disparado pelo agente da Polícia Federal Dalvo Monteiro de Castro Junior.<sup>79</sup> O episódio, que aparentemente foi um acidente, conforme divulgado, serviu de mote para organizar o movimento estudantil local, denunciar a ditadura que se encontrava dentro do *campus* e a Assessoria de Segurança e Informação (ASI) que ainda funcionava na universidade. Segundo os relatos da Comissão da Verdade da UFPA, depois desse episódio a ASI encerrou seu funcionamento na universidade. As agências de informação acompanharam o episódio produzindo documentos a respeito dele e divulgando-os na comunidade.<sup>80</sup>

Até o final da ditadura ocorreram, com menos frequência, outros episódios de repressão ao meio acadêmico, como, por exemplo, em 19 de outubro de 1981, quando sucedeu uma intervenção na Unicamp. Oito dos doze diretores de unidades foram destituídos de seus cargos pelo Reitor Plínio de Arruda Moraes, que nomeou novos diretores interventores, a mando do governador Paulo Maluf. Foram também demitidos 14 funcionários, diretores eleitos da Associação dos Servidores da Unicamp (ASSUC).<sup>81</sup> Caso parecido ocorreu na Unesp. Segundo dados da Comissão da Verdade local, em 2 de agosto de 1983, no campus de Assis houve eleição para substituição de seu diretor e o reitor Armando Otavio Ramos preteriu o candidato mais votado, indicando o professor Fernando Manuel de Mendonça. Houve protestos generalizados de professores e alunos, uma sindicância<sup>82</sup> aberta pela Reitoria contra alunos e professores envolvidos, e uma invasão da polícia militar no *campus*.<sup>83</sup>

#### **G) O CONTROLE E A VIGILÂNCIA NAS UNIVERSIDADES: A DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (DSI/MEC)**

No que se refere à implantação da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Educação, vale destacar, inicialmente, que o referido ministério foi criado em 1930 com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde Pública. Provavelmente em função de sua recente

criação e das mudanças administrativas que sofreu, somente em 1937 ocorreu a instalação oficial da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Educação e Saúde.<sup>84</sup> A organização da Seção reproduziu, em grande parte, as atribuições previstas no Decreto de sua criação, de 1934, com alguns destaques para a temática específica do Ministério. Além disso, sua composição denotava pouca especialização: era uma “comissão de cinco membros, funcionários de elevada categoria do Ministério”, não havia remuneração e o trabalho era exercido concomitantemente a outras atividades.<sup>85</sup>

O governo ditatorial de Getúlio Vargas não alterou substancialmente a estrutura implantada anteriormente. Em 1946, o Conselho de Segurança Nacional (CSN) foi reformulado e as Seções de Segurança Nacional foram enquadradas como órgãos complementares desse conselho, subordinadas aos ministros de Estado, mas estabelecendo “estreita relação” com a Secretaria-Geral do CSN, à qual prestariam todas as informações que lhe fossem solicitadas.<sup>86</sup> As normativas indicadas em 1946 foram colocadas em prática no ano seguinte, na reorganização da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Educação e Saúde. Pode-se dizer que esse instrumento legal buscou dar organicidade à estrutura da Seção de Segurança Nacional. O regulamento interno publicado reiterou a subordinação direta da Seção ao ministro e sua vinculação com a Secretaria-Geral do CSN, mas também apontou para a necessária cooperação e entendimentos com a 1ª Seção do Estado Maior Geral. Além disso, a partir desse momento a Seção de Segurança Nacional do Ministério da Educação e Saúde passou a ser constituída por uma Diretoria, uma Secretaria e uma Seção Técnica, dispondo de instalações próprias e privativas na sede do Ministério. No que diz respeito à profissionalização dos funcionários integrantes da Seção, naquele momento não era exigida dedicação exclusiva – exceto para o pessoal lotado na Secretaria – e as funções eram exercidas cumulativamente com outras atividades (apesar de apontar a prioridade das atividades da Seção em relação às demais), inclusive com a previsão para contratação de consultores externos para colaboração nos trabalhos da Seção.

Somente depois do golpe de 1964, e com a instalação do Serviço Nacional de Informações (SNI), foram preconizadas reformas administrativas. Em 25 de fevereiro de 1967, entrou em vigor o Decreto-Lei nº 200, com o objetivo de fortalecer e aprimorar os instrumentos de controle, coordenação e planejamento na administração pública, culminando na reformulação da estrutura do Ministério da Educação. Com a determinação das áreas de competência do Ministério pelo Decreto-lei nº 200/1967, foram incorporadas instituições de ensino antes vinculadas a outros ministérios. Em outras palavras, o Ministério cresceu em ações e amplitude.

A Divisão de Segurança e Informação (DSI), definida no Decreto-Lei nº 200/1967 como órgão de assistência direta e imediata ao ministro, não foi necessariamente uma inovação da Reforma Administrativa. Em julho daquele ano, as antigas Seções de Segurança Nacional foram transformadas em Divisões de Segurança e Informações, que passaram a cooperar com o Conselho de Segurança Nacional (CSN) e o Serviço Nacional de Informações (SNI).<sup>87</sup> Merece destaque a criação de um quadro de cargos em comissão disponibilizado para operacionalização da Divisão.<sup>88</sup> Apesar de preconizar a autonomia administrativa, o regulamento apontava indícios de maior controle sobre as atividades de informação no país. As Divisões poderiam receber atribuições diretamente da Secretaria-Geral do CSN e do SNI e, além disso, apesar de estarem submetidas diretamente ao ministro:

Art. 5º. O Diretor da DSI, após prévia aprovação de seu nome pelo Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, será nomeado pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado, devendo a escolha recair em cidadão civil diplomado pela Escola Superior de Guerra, ou oficial superior da Reserva das Forças Armadas, de preferência com Curso de Comando e Estado Maior ou equivalente.

Em 1969, a Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação foi regulamentada nos moldes definidos anteriormente. Nesse arranjo organizacional destacam-se, dentre suas atribuições, o controle de toda a documentação sigilosa produzida pelo Ministério e a prerrogativa de seu diretor para propor inquérito administrativo ou sindicância em qualquer órgão da administração direta ou indireta, da área de atribuição do ministério.<sup>89</sup> Tendo em vista a efervescência do movimento estudantil, principalmente a partir de 1968, a ampliação da estrutura do Ministério a partir da Reforma Administrativa, bem como a edição do Decreto nº 477 em fevereiro de 1969, e as atividades desenvolvidas pela Divisão de Segurança e Informações foram cruciais para a instalação de inquéritos e para a concretização dos processos de expulsão de professores e estudantes. A Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação, por meio de ações de normatização, vigilância e punição, centralizou o controle sobre o campo do ensino superior. Nesse período, a DSIEC, como era conhecida, contou com um quadro de aproximadamente 40 funcionários, incluindo o pessoal de apoio e as chefias. O controle realizado pela Divisão de Segurança e Informações (DSI) era organizado por meio da vigilância e do monitoramento constante, que eram, em regra, medidas preventivas para evitar que “indivíduos suspeitos” assumissem cargos públicos em instituições do Ministério da Educação.

As reformas das Divisões de Segurança e Informações que se seguiram nos anos de 1970 e 1971 incorporaram os princípios norteadores da implantação do Sistema Nacional de Informações – SISNI e do Sistema de Segurança Interna do País – SISSEGIN em 1970. As DSI passavam para a condição de órgãos sob a superintendência do Serviço Nacional de Informações, por meio das quais os ministérios civis integravam o Sistema Nacional de Informações. Essas remodelações da estrutura funcional das DSI demonstraram, a princípio, a tentativa de estreitamento das relações com o Serviço Nacional de Informações, por meio do controle e da definição de diretrizes para implantação de planos e procedimentos. Provavelmente, a principal inovação apresentada pelas reformas desse período tenha sido a implantação das Comunidades Setoriais de Informação, que integravam o SISNI. Se, antes, a necessidade das DSI de estabelecerem ligações com elementos de informação destacados em órgãos vinculados ao ministério era apenas mencionada nos regulamentos, essa estrutura ganhou, em 1970 e 1971, um desenho oficial. A Comunidade Setorial de Informações do Ministério da Educação e Cultura era composta pela Divisão de Segurança e Informações (DSI), por Elementos de Informações dos órgãos da Administração Direta e Indireta e por Elementos de Informações dos órgãos sob a supervisão do MEC.

A portaria interna do Ministério que criou a Comunidade apontou para a necessidade de reformulação dos regulamentos dos órgãos para incorporação em seus regimentos das estruturas de informação (Assessorias de Informação).<sup>90</sup> Ao longo de 1973, o MEC efetivou a implantação da Comunidade Setorial de Informações, com a criação das Assessorias de Segurança e Informações (ASI) – conforme o Ofício do Diretor da Divisão de Segurança e Informações do MEC ao Assessor Especial da Universidade Federal de Minas Gerais, datado de 25 de junho de 1973<sup>91</sup> –, mesmo que algumas dessas assessorias já mantivessem funcionamento em anos anteriores. Em junho de 1975, o Ministério já contava mais de 40 elementos de informações organizados em assessorias de segurança e informações. O crescimento das Comunidades Setoriais de Informações e a necessidade de controle dos dados coletados impulsionaram a reorganização e a redefinição do papel das Divisões de Segurança e Informações.<sup>92</sup> Em 1975, as DSI foram formalmente definidas como órgãos centrais dos Sistemas Setoriais de Informações e Contrainformações dos Ministérios Civis e suas sedes deveriam, obrigatoriamente, estar localizadas em Brasília.

A regulamentação editada em 1975<sup>93</sup> buscou controlar a implantação dos Sistemas Setoriais de Informações. Houve uma preocupação com a ampliação dessas estruturas, uma vez que a criação das Assessorias de Segurança e Informações (ASI) dependeria, a partir desse mo-



mento, de disponibilidade financeira e de parecer favorável do SNI.<sup>94</sup> O novo regulamento das DSI, apesar de promover a valorização profissional, buscou também limitar quantitativamente e qualitativamente os profissionais e os órgãos envolvidos. Como dito, foram estabelecidos critérios para a criação de Assessorias de Segurança e Informação, bem como a categorização das DSI e ASI quanto ao seu alcance. Por ser um ministério grande, a DSI do MEC era do tipo 3, conforme apresentado na seguinte tabela:

CATEGORIZAÇÃO DAS DSI E DAS ASI

Tipo	QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS	PESSOAL ESPECIALIZADO (CHEFIAS E ANALISTAS)
DSI Tipo 1	35	4 cargos de chefia e 13 analistas
DSI Tipo 2	45	5 cargos de chefia e 17 analistas
DSI Tipo 3	60	6 cargos de chefia e 24 analistas
ASI Tipo 1	02	1 cargo de chefia
ASI Tipo 2	05	1 cargo de chefia e 2 analistas
ASI Tipo 3	08	1 cargo de chefia e 4 analistas

Além disso, a nova legislação exigiu qualificação técnica dos profissionais envolvidos na coleta de dados e produção de informações. Em regulamentos anteriores, apenas ao diretor era exigida formação específica. A partir de 1975, o chefe da Seção de Informações e Contrainformação e os assessores de Informações deveriam possuir curso da Escola Superior de Guerra ou curso “A” da Escola Nacional de Informações. Em depoimento à CNV, em 13 de novembro de 2012, o ex-funcionário da DSI/MEC, Luiz Motta Molisani, confirmou a participação em seis cursos realizados na própria agência central do SNI. De duração variada, de 30 dias a alguns meses, os funcionários chegavam a trocar de nome para realização dos mesmos. Os funcionários das estruturas de segurança e informação, em grande parte, eram civis que foram contratados para exercer nova função. Caso de Arminak Cherkezian, que, no final dos anos 1960, era funcionário do Banco do Mato Grosso do Sul em São Paulo quando foi chamado pelo então ministro da Educação, Jarbas Passarinho, em 1971, para ser o chefe da Assessoria Regional de Segurança e Informação de São Paulo – ARSI/SP. Em depoimento para a CNV, Cherkezian conta como foi o convite e seu trabalho:

O ministro Jarbas Passarinho me conheceu e vendo meu relacionamento falou: “Eu precisava alguém como você na área de Educação, para ter um relacionamento melhor com os estudantes e com as universidades”. [Passarinho] estava querendo alguém fora da área, para manter diálogo, por incrível que pareça. [...] Eu fui colocado à disposição de março de 1971 até abril de 1976 e todos meus atos foram considerados de acordo com a Lei 4.341, atos considerados como serviços relevantes a título de merecimento a ser considerado em todos os atos da vida funcional [...] O Jarbas tinha um desejo enorme de retomar o contato com as faculdades, com os alunos, de frequentar o ambiente estudantil e eu fiz esse trabalho de aproximação. [...] Um outro senhor que pediu que eu fizesse esse mesmo trabalho, e fez questão que eu ajudasse nesse trabalho de aproximação, que pudesse falar com os estudantes foi o general Ednardo D’Avila Mello. [...] Ele foi várias vezes comigo no “bandejão”, sem segurança sem nada para ter contato com os estudantes, criar um ambiente.<sup>95</sup>



Cherkezian realizou um estágio na EsNI, chegando a ser orador da sua turma. Em seu depoimento, disse que o estágio era para preparar um quadro de funcionários altamente gabaritados: “que não era o meu caso, para poder participar de negociações em todos os níveis (comerciais, políticos, diplomáticos), inclusive nesses cursos eram convidados diplomatas, altos funcionários. Eram mais idênticos ao da Escola Superior de Guerra.”<sup>96</sup>

#### QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DOS FUNCIONÁRIOS

TIPO	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL
Analista de informações A	Curso superior incompleto e curso “B” da EsNI.
Analista de informações B	Curso superior completo e curso “B” da EsNI.
Analista de segurança nacional e mobilização A	Curso superior completo em área de atividade-fim do Ministério, órgão ou entidade, ou curso de Escola de Formação de Oficiais das Forças Armadas.
Analista de segurança nacional e mobilização B	Cumprir os requisitos exigidos para o Analista de Segurança Nacional e Mobilização A e possuir três anos de exercício de atividade-fim em órgão setorial ou seccional do SISNI.

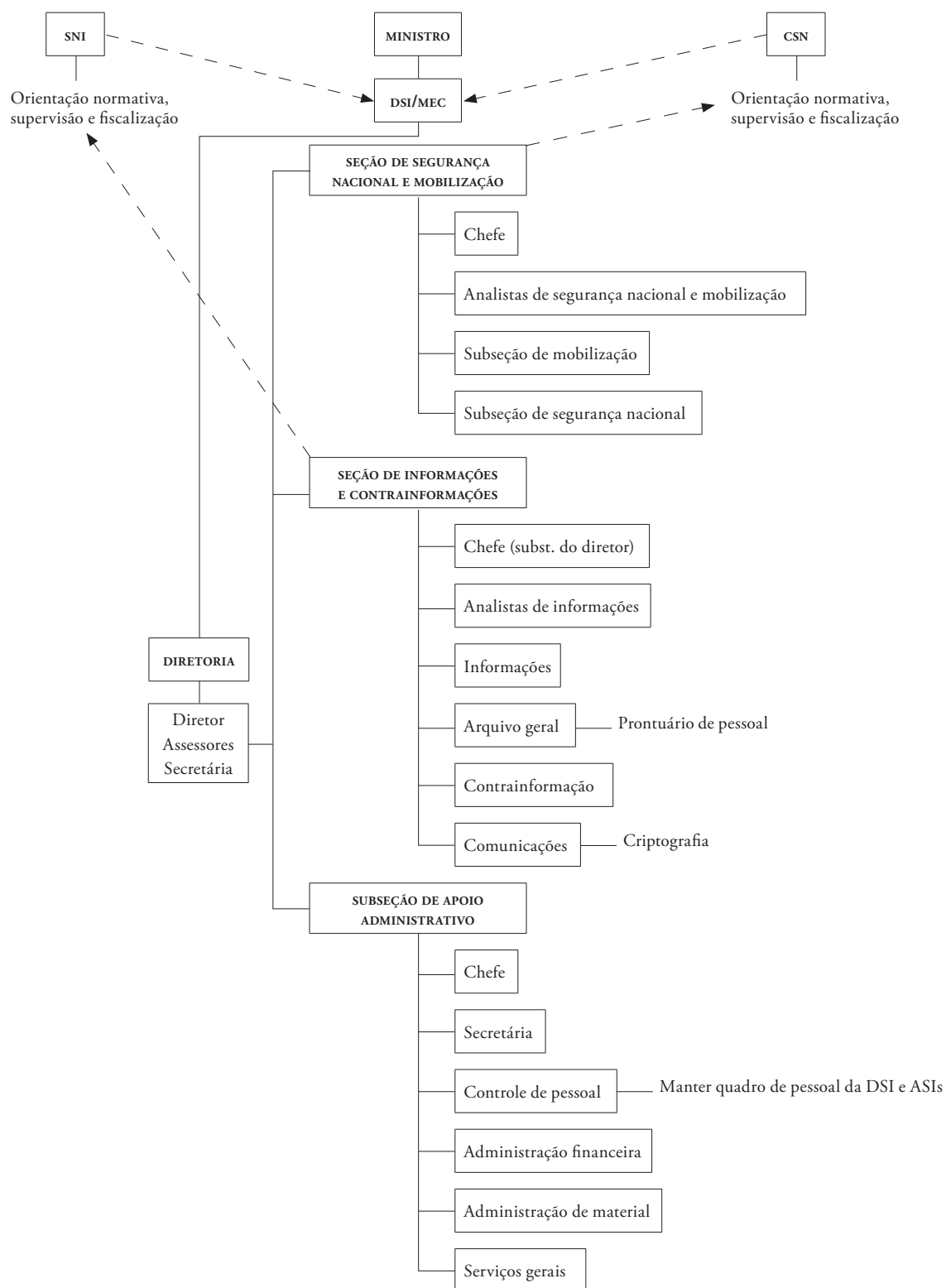
#### SEGUIR A LISTA COM A RELAÇÃO DE TODOS OS DIRETORES DA DSI/MEC DESDE SUA CRIAÇÃO ATÉ A EXTINÇÃO:

DIRETOR DSI/MEC	PERÍODO
General Waldemar Raul Turola	13 de junho de 1967 a novembro de 1969
Brigadeiro Armando Troia	Novembro de 1969 a setembro 1970
Coronel José Roberto Monteiro Wanderley	Setembro 1970 (interino)
Tenente-coronel Aviador Pedro Vercillo	Dezembro de 1970 a março de 1974
Coronel Osny Vasconcelos	10 abril de 1974 a outubro de 1974
Coronel Armando Rozenweig Menezes	18 de novembro de 1974 a novembro de 1979
Carlos Roberto Ferreira Tatit* *Único civil, era Analista de Informação AC SNI/Funcionário AC SNI.	Outubro de 1979 até 15 de fevereiro de 1984
Coronel José Olavo de Castro	16 de fevereiro de 1984 a 11 de abril de 1985
Coronel Jorge de Almeida Ribeiro	12 de abril de 1985 a 25 de abril de 1986
Coronel João Manoel Simch Brochado	26 de abril de 1986 a setembro de 1987
Coronel Ary Oliveira	Setembro de 1987 a abril de 1989
Coronel João Tarcísio Cartaxo Arruda	Abril de 1989 até 15 de março de 1990

## H) ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA DSI/MEC

A estrutura funcional detalhada na página seguinte perdurou até a extinção da DSI, em março de 1990, por meio da Medida Provisória nº 150. Com a eleição do primeiro civil à presidência, as DSIs foram criticadas quanto à sua finalidade. Projetos de lei – como o projeto 5.213/1985, do deputado José Genoíno, que foi arquivado pela mesa em 1987, bem como o projeto de lei do deputado José Frejat, presidente da UNE no fim dos anos 1940, prevendo a extinção de todas as DSI e ASI<sup>97</sup> – foram apresentados na Câmara para extinção dos órgãos, sem efeito. A imprensa acompanhou os debates e divulgou a questão.<sup>98</sup> Após a extinção do Serviço Nacional de Informações, em 1990, e, conseqüentemente, das estruturas a ele vinculadas, pouco se sabe da destinação dos funcionários e da documentação dos Sistemas Setoriais de Informações. Em 11 de abril de 1990, o ministro da Educação, Carlos Chiarelli, publicou uma portaria dispensando desde 15 de março daquele ano José Tarcísio Cartaxo Arruda da função de diretor da DSI/MEC, bem como 25 funcionários da DSI/MEC e ASI, incluindo o servidor Luiz Motta Molisani.<sup>99</sup>

**QUADRO 1: ESTRUTURA DA DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CONFORME PORTARIA MEC Nº 384, DE 31 DE JULHO DE 1975**



No caso da documentação da DSI/MEC, Luiz Motta Molisani, em depoimento à CNV em 13 de novembro de 2012, relata que, no mês de abril de 1990, foi o único funcionário da já extinta DSI que acompanhou a saída de toda a documentação produzida pela Divisão. O material, segundo Molisani, estava distribuído em caixas-arquivo de papelão sem nenhuma identificação

e em alguns armários. Todo o material (as caixas e os armários) foi levado pelo elevador de serviço do MEC no final de tarde por pessoal da Marinha (tenentes e/ou sargentos), e foi colocado num caminhão com identificação da Marinha, sendo que o próprio Luiz Molisani afirmou ter acompanhado junto no caminhão até o prédio do Ministério da Marinha em seu anexo, onde a documentação foi depositada.

Desde a criação da DSI/MEC, em 1967, o Ministério recomendava a nomeação de uma pessoa para fazer o “elo” entre a universidade e o MEC. Entretanto, foi a partir de janeiro de 1971 que oficialmente foram criadas as Assessorias de Segurança e Informação (ASI) nas universidades após o MEC ter aprovado seu Plano Setorial de Informações.<sup>100</sup> Algumas já funcionavam informalmente e outras foram criadas posteriormente – caso da ASI da USP, instalada somente em outubro de 1972.<sup>101</sup> O Plano Setorial objetivou: 1) obter informações sobre antagonismos existentes na área do MEC e sobre grupos de pressão “que exploram e que possam afetar a execução da política ministerial”; 2) desenvolver o serviço de contrainformação no campo do teatro, rádio, cinema, revistas etc.<sup>102</sup>

Ainda em janeiro de 1971, no dia 25, o então diretor da DSI/MEC, Pedro Vercillo, expediu um documento determinando o prazo de dez dias para cada reitor nomear o responsável pela ASI de sua universidade. Nesse mesmo documento, apresentou os objetivos de tal assessoria: a) produzir informações necessárias às decisões dos reitores; b) produzir informações para atender às determinações do Plano Setorial de Informações; c) encaminhar à DSI informações por ela requisitadas. Segundo o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, o documento que estabelece as funções das ASI deve ser encarado com ceticismo dada a situação política da época. As Assessorias são apresentadas como órgãos subordinados aos reitores e encarregados de assessorá-los em assuntos relativos à Segurança Nacional e Informações no âmbito da universidade. No entanto, muitas vezes as Assessorias serviram de canal para o exercício de pressão e controle sobre as reitorias, ações provenientes da cúpula do Estado e dos serviços de informação.<sup>103</sup> Indagado, em depoimento à CNV, sobre a presença da ASI como um elemento do governo federal na USP e sua relação com a reitoria, Arminak Cherkezian afirmou que o relacionamento com o reitor Miguel Reale “era muito bom, uma ótima relação e ele mantinha canal direto com o ministério”.<sup>104</sup>

A produção de informação e contrainformação foi o maior objetivo das assessorias. Os documentos disponíveis sobre esses órgãos mostram dois focos principais de ação: a monitoração do movimento estudantil e a triagem de professores e funcionários. Como exemplo, a Informação nº 393/s-105-CIE enviada para, entre outros órgãos, a Agência Central do SNI, DSI/MEC, Cenimar, CISA, DSI/MJ de 30 de abril de 1974. A DSI/MEC, por sua vez, repassou para todas as ASI e essas para suas respectivas reitorias e departamentos. O documento apresentava um “jornal-mural” apreendido na Universidade Federal de Goiás (UFG) sobre o Dia do Índio e as críticas à ditadura. Informava também medidas de contrainformação: “orientação das direções das universidades, faculdades ou colégios atingidos e, se possível, das lideranças estudantis, sob referidas técnicas e possibilidade de envolvimento de inocentes úteis”.<sup>105</sup> Interpelado sobre a independência das decisões tomadas por cada reitoria, Arminak Cherkezian, em seu depoimento à CNV, afirmou que a ASI recebia informações do próprio SISNI, que emitia os documentos e os distribuía, e que as decisões vinham de Brasília, já que a própria DSI/MEC deveria consultar outros órgãos.<sup>106</sup> Segundo as pesquisas realizadas pela Comissão da UFRN,<sup>107</sup> o meio mais comum de coleta de informações era a infiltração de agentes em salas de aula e assembleias estudantis. As informações levantadas eram então repassadas ao chefe da ASI, que normalmente dispunha de um fichário com dados pessoais de toda a comunidade, como afirmou o funcionário da ASI da UFRN, Leonel Ribeiro Sobrinho, em depoimento à Comissão da Verdade da UFRN, Natal, em 2 de agosto de 2013:

Olha, toda a pessoa que acessava a universidade, sendo docente, técnico administrativo ou discente ele tinha um registro, servidores docentes e técnicos através do Departamento Pessoal... Faziam o seu cadastro, e os discentes através do Departamento de Administração Escolar, então quando você entrava na universidade tanto no DAE quanto no Departamento Pessoal, aquele cadastro era encaminhado para a ASI, [...], isso ai eu sei que existia esse arquivo. Porém eu não tinha acesso a ele. Ele era de confiança do chefe da ASI...[e ficava] na sala do chefe da ASI, existia, a gente chama de arquivo mas na realidade era cofre.

Documentos encontrados pela Comissão Milton Santos de Memória e Verdade da UFBA, no acervo designado Gabinete do Reitor, demonstram a ingerência da DSI na produção de informação nas instituições universitárias.<sup>108</sup> Documento intitulado Informação nº 292/74/AESI/UFBA, datado de 25 de novembro de 1974, encaminha ao reitor novas normas para “Pedido de Levantamento de Dados Biográficos (LDB)”. As normas tiveram origem na DSI/MEC, e foram encaminhadas à ASI<sup>109</sup> por meio do documento intitulado Informação nº 4.678/SI/DSI/MEC/74, datado de 18 de outubro de 1974, com o carimbo de “Confidencial”. As normas estabeleciam que o LDB deveria ser preenchido “obrigatoriamente para todas as pessoas cogitadas para o exercício de cargos, funções, comissões e afastamento do país”. Segundo o documento, os formulários do LDB “devem ser preenchidos via obtenção sigilosa, pelos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Informações – SISNI, de dados sobre pessoas, o mais pormenorizadamente possível, com a finalidade precípua de preservar os interesses da Segurança Nacional e a eficiência da Administração Pública”.

Ainda, as instruções estabeleciam que o LDB deveria abranger, entre outros, os seguintes aspectos da vida do candidato: 1) posição ideológica; 2) atitude com relação à “Revolução de 31 de Março de 1964”; 3) atividades subversivas. O levantamento deveria ser acompanhado de uma Ficha Sintética de Apreciação. Nela, havia campos com questões que deveriam ser respondidas pelo chefe da ASI sobre o candidato à vaga a ser preenchida. No primeiro campo, intitulado “Posição ideológica”, o agente deveria assinalar quadradinhos, à direita dos quais estão escritas as classificações: 1) democrata; 2) comunista; 3) esquerdista; 4) sem posição definida; 5) não há registros; 6) os registros não permitem opinião conclusiva. No segundo campo, intitulado “Atitude com relação à Revolução de 31/Mar/64”, a escolha estava entre: 1) integrado; 2) adesista; 3) contrário; 4) contra-revolucionário; 5) sem posição definida; 6) não há registros; 7) os registros não permitem opinião conclusiva. No terceiro campo, intitulado “Atividades subversivas”, dever-se-ia escolher entre: 1) atuante; simpatizante; não há registros; os registros não permitem opinião conclusiva. Os outros campos eram: “Probidade administrativa”; “Eficiência funcional ou profissional”; “Conduta civil”. No final, o informante deveria assinalar uma das seguintes cinco indicações: 1) não há restrição; 2) os registros existentes não contraindicam o aproveitamento; 3) não existem elementos de convicção que contraindiquem o aproveitamento; 4) Não há registros; 5) não deve ser aproveitado. No caso específico de afastamento do país para cursos, estágios, congressos, conferências etc., as normas recomendavam que fossem levados em conta três aspectos: 1) a necessidade de preservação da imagem do Brasil no exterior; 2) a possibilidade de vinculações com grupos ou organizações contrárias aos interesses democráticos; 3) a possibilidade de o curso ou o estágio habilitar o beneficiado a posterior acesso a cargos de nível elevado. Por fim, no caso das instituições de ensino superior estavam sujeitos a essas normas os cargos e funções de: 1) reitor; 2) vice-reitor; 3) diretor; 4) vice-diretor; 5) chefe de departamento; 6) diretor de campus avançado; 7) professor (correspondência sigilosa do Gabinete do Reitor UFBA, doc. RP724 a 7310).

Segundo levantamento realizado por Motta, havia 43 ASI em funcionamento na área do MEC (36 em instituições de ensino superior e as outras ligadas a órgãos e departamentos do

MEC), e mais cinco Arsi (Assessorias regionais) criadas para fazer a ligação das ASI locais com a DSI, conforme aponta seu regimento interno: compete à Arsi, dentre outras funções, “planejar, coordenar e supervisionar, sob orientação da DSI, as atividades das ASI da região e dos elementos de informações dos órgãos da administração direta, indireta e sob supervisão do MEC; produzir informação para atender às determinações contidas no PSI [Plano Setorial de Informações] e às solicitações da DSI; caracterizar antagonismos atuais e em potencial da região, bem como grupos de pressão que os explorem e que possam afetar a execução da política ministerial”.<sup>110</sup> Apesar da estruturação das Arsi – Arsi/NE, Arsi DF/MG/GO, Arsi/GB, Arsi MT/SP e Arsi/RS, na prática, as ASI respondiam diretamente à DSI. Arminak Cherkezian, em depoimento à CNV, confirmou a independência das ASI em relação às Arsi, pois estas respondiam diretamente à DSI. Segundo o depoente “as universidades tinham total poder” e, algumas vezes, a Arsi era copiada nos documentos para estar ciente dos acontecimentos sem interferência.<sup>111</sup> No entanto, o livro do DOPS/SP registra a presença de Arminak Cherkezian algumas vezes ao longo dos anos de 1974 e 1975. Questionado pela CNV sobre suas entradas na delegacia, Cherkezian respondeu que foi algumas vezes ao DOPS, talvez visitar algum delegado titular, como Romeu Tuma, que era seu amigo. Afirmou: “Lembro de ter ido algumas vezes ao DOPS, mas jamais fui ao DOI-CODI. Não tinha nenhuma dependência hierárquica. Nós [a Arsi] não tínhamos toda essa importância, nós não atingíamos isso. [...] Nossa participação era muito limitada, nós não tínhamos poder para isso”.<sup>112</sup>

Em 22 de setembro de 1976, o diretor da DSI/MEC, Armando Menezes, informou os reitores sobre os procedimentos para o preenchimento do quadro de pessoal da ASI. De acordo com o documento enviado, a ficha “modelo 14 a ser preenchida deverá ser acompanhada do juízo sintético e conceito de cada um” (correspondência sigilosa do Gabinete do Reitor UFBA, doc. RP2134-2135). Após os funcionários serem liberados pela AC/SNI (Agência Central do SNI), a universidade faria os atos administrativos de nomeação e os enviaria ao DASP para aprovação. Advertia, ainda, que essas correspondências eram confidenciais. Em consequência, os nomes dos servidores lotados na ASI não poderiam ser publicados no Diário Oficial. Dessa forma, fica difícil precisar o número de funcionários e o período de funcionamento de cada ASI. Pela documentação encontrada, pode-se inferir que, em parte dessas assessorias, o chefe permaneceu o mesmo durante toda vigência. O documento expedido pela DSI/MEC em 25 de junho de 1973<sup>113</sup> contém uma lista das universidades onde foram instaladas ASI e seu respectivo diretor naquele momento. Das 31 ASI universitárias listadas, em grande maioria em universidades federais, uma era estadual (USP) e uma privada (o antigo Centro de Ensino Unificado de Brasília –CEUB).<sup>114</sup> O documento apresenta ainda os responsáveis pelas Arsi de cada região e o nome dos chefes de oito ASI que funcionavam em diferentes setores do MEC (como no departamento de ensino fundamental ou no departamento de ensino supletivo). Em depoimento à CNV, Arminak Cherkezian lembra do caso da Unicamp:

O professor Seferino Vaz tinha tanta autoridade que ele não precisava se submeter ao Ministério de criar AESI. Eu lembro que a Unicamp era a única que não tinha AESI, porque ele tinha ligações diretas, ele tinha muita força e poder. Ele inclusive podia resolver [as coisas] como melhor entendesse. Na USP o professor Reale se comunicava diretamente com Brasília.<sup>115</sup>

Os registros dos chefes não revelam de maneira intensa a presença de oficiais militares nesses postos, e em alguns casos foi possível identificar que eram professores ou funcionários. Quanto à estrutura, normas emanadas do Plano Setorial de Informações do MEC previam organização

padronizada. As ASI deveriam ter um chefe, responsável por coordenar as atividades da Assessoria e representá-la frente ao MEC e à reitoria, além de funcionários na seção de informações e na sessão administrativa. Na maior parte dos casos, essas assessorias funcionavam em salas na própria reitoria. Quanto aos proventos, em depoimento dado à CNV, Arminak Cherkezian declarou que essa questão era um “problema”, pois não existia um recurso certo no caso dele [Arsi]. Seu próprio salário teria sido pago por diferentes fontes como a Fundação Anchieta, CETESB (à época denominada Centro Tecnológico de Saneamento) e, inicialmente, o próprio banco do Mato Grosso do Sul. Sobre os funcionários da ASI, Cherkezian foi categórico: “os da Assessoria [ASI], as universidades que pagavam, eram funcionários, no caso da USP, eram contratados pela USP, não pelo ministério”.<sup>116</sup> Segundo as informações levantadas pela CV UFBA,<sup>117</sup> em 8 de agosto de 1974, o superintendente de pessoal determinou o levantamento das pessoas que estavam trabalhando na ASI. O resultado apontou que lá estavam lotados, além do chefe, professor Emerson Spínola Marques Ferreira, cinco servidores contratados pela CLT (um assistente especializado, um oficial amanuense, um contínuo e dois amanuenses) e seis do quadro de pessoal (um auxiliar de portaria, um motorista, um servente, um atendente, um oficial administrativo e um assistente social).<sup>118</sup>

O final dos anos 1970 trouxe a volta do movimento estudantil às ruas, a reorganização das suas tradicionais entidades de representação, bem como dos sindicatos dos professores. A luta por democracia na universidade passava, dentre outros pontos, pela denúncia das ASI como braço da repressão dentro dos *campi* universitários. O depoimento do ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Diógenes da Cunha Lima, que iniciou seu mandato em 1979, à Comissão da UFRN, em 31 de maio de 2013, é revelador desse momento:

[...] quando houve a primeira contratação de pessoal, eu verifiquei que havia um formulário, que dizia que depois de contratado pelo reitor tava assinado, entraria em vigor após a ASI aprovar, isso era um formulário existente aqui. Eu chamei a chefe do departamento de pessoal e disse: pode rasgar que eu não vou assinar nenhum desses, se eu assinar, sou professor de Direito, estou reconhecendo que a autoridade superior da universidade não é o reitor, a autoridade é o chefe da ASI, o senhor Adriel; eu levei o assunto ao ministro, Eduardo Portella, que se tornou meu amigo como os outros, notadamente o general [inaudível], que me apoiou na decisão. A partir daí houve uma mudança, porque em várias universidades do país eu contei a história e rasgaram também. Creio que a universidade foi pioneira em cortar esses contratos absurdos... mas eu sei que tinha, porque até o contrato eles aprovavam, pelo menos durante muito tempo aprovavam o contrato de professor, e até mesmo concursado passado em primeiro lugar, como era o caso do professor Machado, recusado pela universidade. [...], nunca me utilizei da ASI para qualquer serviço, serviço entre aspas, ao contrário, sofria consequências por sua presença, mas como eu tinha [inaudível], como eu tinha amizade pessoal com dois dos ministros, o Eduardo Portella, não trazia muito incômodo [...].<sup>119</sup>

Diante da pressão em maio de 1979, a DSI/MEC enviou aos reitores um ofício extinguindo as ASI universitárias de acordo com determinação superior.<sup>120</sup> A manobra, naquele momento, foi desativar os escritórios das ASI dentro das universidades, transferindo suas estruturas para os escritórios das delegacias regionais, conforme verificou-se na correspondência trocada entre a DSI/MEC e reitoria da Universidade Federal do Paraná (UFPR):



[...] solicitar o apoio integral dessa Reitoria para a instalação da ASI/DR-9. O órgão necessita de alguns acessórios indispensáveis ao bom funcionamento e não dispõe, no momento, de disponibilidade financeira para sua compra, carecendo da cooperação dessa Universidade. Solicito, também, que o acervo de informações não atinentes especificamente ao acompanhamento da Política da IES seja transferido para a ASI/DR.<sup>121</sup>

O fato é que algumas ASI continuaram existindo dentro das universidades na primeira metade dos anos 1980. No entanto, nesse momento, a atuação já estava mais esvaziada. As ASI foram extintas definitivamente pela portaria do MEC nº 576, de 5 de agosto de 1986, momento no qual os estudantes cearenses realizaram o episódio da invasão da ASI da UFC. Segundo dados levantados pela Comissão da Verdade das universidades públicas do Ceará, a direção do DCE da UFC, informada pela notícia veiculada pelo *Diário do Nordeste* em 29 de agosto de 1986, decidiu convocar assembleia que acabou por deliberar a invasão da ASI (que para eles ainda estava funcionando no prédio da Reitoria, como nos anos da ditadura). Após realização da assembleia, cerca de 200 estudantes invadiram o local onde funcionou a ASI por cerca de 15 anos. O objetivo da invasão, naquele momento, segundo as lideranças estudantis, era apoderar-se dos documentos antes que os responsáveis pudessem retirá-los da Universidade, uma vez que a ASI havia sido extinta. Em decorrência desse episódio, em 29 de agosto, a PF, sem mandato judicial, invadiu o DCE-UFC e apreendeu grande parte do material levado pelos alunos, assim como prendeu a então diretora do DCE, Liduina Fontenele e os estudantes Inácio Arruda Cavalcante e Francisca Márthir (Martinna). Estes foram levados para a sede da PF em Fortaleza e enquadrados no artigo 155, parágrafo 4º, Inciso I do Código Penal. Antes de os advogados conseguirem *habeas corpus* para soltura dos estudantes, a PF encaminhou Liduina Fontenele e Francisca Márthir para o Presídio Feminino Desembargadora Auri Moura Costa e Inácio Arruda Cavalcante para o Instituto Penal Professor Olavo Oliveira-IPPO.<sup>122</sup>

1 – Como exemplo, há o caso da Fiocruz descrito por LENT, Herman. *O massacre de Manguinhos*. Rio de Janeiro: Ave-nir, 1978. Em 19 de setembro de 1978, a Sociedade Brasileira de Física lançou um manifesto denunciando as “cassações brancas”, uma maneira mais sutil de repressão que passou a atingir um número grande de pessoas ligadas ao meio universitário. Essas “cassações” vinham sob a forma de restrições que órgãos como o MEC, CNPq e Capes impunham aos pesquisadores dificultando as saídas para o exterior, a distribuição de bolsas, o reconhecimento de títulos do exterior e a não contratação de professores. O manifesto foi publicado em: *O livro negro da USP: o controle ideológico na universidade*. São Paulo: Adusp, 1978, pp. 71-73. O professor Michal Gartenkraut da CNV, da Câmara Municipal de São José dos Campos (SP), registrou dezenas de depoimentos e coletou documentação sobre as restrições da vida acadêmica no ITA durante o período de 1964-1985. Vários dos depoentes foram alunos que nos anos de 1964, 65 e 75 foram desligados da escola antes da conclusão dos respectivos cursos. Arquivo CNV, 00092.002614/2014-58. Relatório da Comissão da Verdade professor Michal Gartenkraut da Câmara Municipal de São José dos Campos.

2 – Por exemplo, durante o período de 1964 a 1985, a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) realizou diversos convênios com o governo brasileiro e com o governo dos Estados Unidos. Segundo levantamento da Comissão local, as atas do Conselho Superior da FESPSP indicam que a fundação manteve convênios com a Aliança para o Progresso, programa de auxílio financeiro promovido pelos Estados Unidos na América Latina para impedir o avanço comunista no continente. Arquivo CNV. Relatório de pesquisa da Comissão FESPSP. São Paulo, agosto de 2014. 00092.002567/2014-42. Comissão da Verdade da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (CV-FESPSP).

3 – Arquivo CNV, 00092.002585/2014-24. Comissão da Verdade da UFPR – Síntese das Ações Relevantes do Conselho Universitário da UFPR entre 1964 e 1966.

4 – Arquivo CNV, 00092.002585/2014-24.

5 – Arquivo CNV, 00092.000589/2012-14. Ofício nº 220/2012-CNV de 2/10/2012.

6 – Entrevista de Aldo Arantes ao Projeto Memória do Movimento Estudantil. Brasília, em 8/12/2004.

- 7 – A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Pedro Cruz Galvão de Lima. <http://www.multimedia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1278>; FONTES, Edilza Joana Oliveira; ALVES, Davison Hugo Rocha. “A UFPA e os Anos de Chumbo: A administração do reitor Silveira Neto em tempo de ditadura (1960-1969)”. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, nº 10, julho/dezembro de 2013, pp. 258-294; GALVÃO, Pedro. 1964. *Relatos subversivos: os estudantes e o golpe no Pará*. Belém: Edição dos Autores, 2004.
- 8 – Arquivo CNV, 00092.002585/2014-24. Linha do Tempo de graves violações na UFPA (1964-1985).
- 9 – Arquivo CNV, Relatório da Comissão UFBA, 00092.001910/2014-31.
- 10 – Arquivo CNV, Relatório da Comissão da UFRJ, 00092.002312/2014-80.
- 11 – *Jornal do Brasil*, edição de 2 de abril de 1964. Capa.
- 12 – Entrevista de Maria de Nazaré ao Projeto Memória do Movimento Estudantil. São Paulo, 15 de julho de 2005.
- 13 – GALVÃO, Pedro. 1964. *Relatos subversivos: os estudantes e o golpe no Pará*. Belém: Edição dos Autores, 2004.
- 14 – MOTTA, Rodrigo P. S. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 25.
- 15 – MOTTA, Rodrigo P. S. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 25.
- 16 – UFES, reitor Manoel Xavier Paes Barreto Filho; UnB, reitor Anísio Teixeira; UFPB, reitor Mário Moacyr Porto; UFRGS, reitor Elyseu Paglioli; UFRRJ, reitor Ydérzio Luiz Vianna; UFMG, reitor Aluísio Pimenta, UFSP, reitor Marcos Lindenberg; UFG, reitor Colemar Natal e Silva; e o caso da UFPE, em que o reitor João Alfredo da Costa Lima pediu seu afastamento.
- 17 – APERJ. Fundo Policias Politicas do Rio de Janeiro. Setor Estudantil. Notação 68.
- 18 – Ata da 144ª Sessão Extraordinária do Conselho Universitário da UFC, em 2 de maio de 1964. Arquivo CNV, 00092.002569/2014-31. Relatório sobre as graves violações dos direitos humanos nas universidades públicas do estado do Ceará. Fortaleza, CE, 2014.
- 19 – Arquivo CNV, 00092.002585/2014-24. Linha do tempo na USP.
- 20 – A carta de Florestan foi reproduzida no *Livro negro da USP*.
- 21 – Artigas libertado volta em triunfo. *Diário Popular*, 17 de setembro de 1964.
- 22 – Dados sistematizados pela Comissão da Verdade Marcos Lindenberg da UNIFESP. Arquivo CNV, 00092.002585/2014-24. Resumo EPM para CNV.
- 23 – Arquivo Público do Estado de São Paulo. Atos Normativos da Revolução, 30 de Setembro de 1964, Microfilme 50-D-26-2097.
- 24 – Os professores eram: “Edgar Graeff, Eustáquio Toledo, José Caldas Zanini, Ítalo Campofiorito, Nelson Rossi, José Paulo Pertence, Lincoln Ribeiro, Perseu Abramo, José Albertino Rodrigues, Hélio Pontes, Ramiro de Porto Alegre, Glênio Bianchetti e o ex-professor José Guilherme Vilela [...] 2 soltos no mesmo dia; 11 permanecem presos na P.E. durante 17 dias”. In: ABRAMO, Perseu (2006) – Depoimento [de Perseu Abramo] sobre as ocorrências na Universidade de Brasília, publ. 15/4/2006 (<<http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/depoimento-de-perseu-abramo-sobre-ocorrencias-na-universidade-de-br>>).
- 25 – Diário Oficial da União (DOU), 13/4/1964. Seção 1, pp. 2 e 12.
- 26 – MOTTA, Rodrigo P. S. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 59.
- 27 – O final do Relatório da Comissão foi publicado pelo jornal *Correio da Manhã* em 9 de outubro de 1964. In: *O livro negro da USP: o controle ideológico na universidade*. Adusp, 1978.
- 28 – SANFELICE, José Luís. *O movimento civil-militar de 1964 e os intelectuais*. Caderno CEDES, Campinas, 2008, v. 28, n. 76, p. 367.
- 29 – POERNER, Arthur. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula*. 5. ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2004. p. 208.
- 30 – Ofício de 29 de setembro de 1965 da FEUB ao reitor, assinado pelo presidente em exercício Paulo de Tarso Celestino da Silva. Arquivo Nacional, ASI/UnB: BR\_DFANBSB\_AA1\_MPL.05, pp. 1-8.
- 31 – Entre os quais os professores Dr. Antônio Rodrigues Cordeiro, coordenador do Instituto Central de Biologia, membro da Academia de Ciências dos Estados Unidos e do Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília; os Drs. Jorge de Paula Guimarães e José Reinaldo Magalhães, ex-pesquisadores do Instituto Manguinhos e professores de patologia e fisiologia; e o mestre em Biologia Fernando Luís Kratz, assistente do Departamento de Genética, [e, em sua residência,] o Mestre em Economia Hênio Luís de Freitas Melo, assistente e secretário-executivo do Setor de Economia do Instituto Central de Ciências Humanas.

- 32 – Autoria não identificada, *apud* “A crise da Universidade de Brasília – Informações e esclarecimentos”. Arquivo Nacional, ASI/UnB: BR\_DFANBSB\_AA1\_MPL.09.”
- 33 – Para mais informações sobre a crise da UnB, consultar: SALMERON, Roberto A. *A universidade interrompida: Brasília 1964-1965*. 2. ed. Brasília: UnB, 2007.
- 34 – Uma série de acordos foi produzida, nos anos 1960, entre o Ministério da Educação brasileiro (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID). Visavam estabelecer convênios de assistência técnica e cooperação financeira com o objetivo de modernizar a educação brasileira. Entre junho de 1964 e janeiro de 1968, período de maior intensidade nos acordos, foram firmados 12, abrangendo desde a educação primária (atual ensino fundamental) ao ensino superior. A USAID parou de atuar no Brasil em 1976. Para mais informações consultar o Capítulo 3 da obra de MOTTA, Rodrigo P. S., bem como: ALVES, Márcio Moreira. *O beabá dos MEC-USAID (1968)*. Rio de Janeiro: Gernasa, 1968; ARAPIRACA, José Oliveira. *USAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano*. São Paulo: Cortez, 1982.
- 35 – POERNER, Arthur. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula*. 5. ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2004, pp. 247-250.
- 36 – Disponível em [http://www.medicina.ufrj.br/noticias.php?id\\_noticia=77](http://www.medicina.ufrj.br/noticias.php?id_noticia=77), acesso em 14/6/2014.
- 37 – POERNER, Arthur. *O poder jovem*. Rio de Janeiro: Booklink, 2004, pp. 243-244; 261-262.
- 38 – Arquivo Nacional, ASI/UnB: BR\_DFANBSB\_AA1\_ROS 35: Relatório reservado do reitor Laerte Ramos de Carvalho a Luiz Antônio da Gama e Silva, a 25/4/1967.
- 39 – Arquivo Nacional, ASI/UnB: BR\_DFANBSB\_AA1\_MPL\_0012.
- 40 – GURGEL, Antônio de Pádua. *A rebelião dos estudantes*. Brasília 1968. Brasília: EdUnB, 2002, p. 54.
- 41 – BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Direito à memória e à verdade: história de meninos e meninas marcados pela ditadura*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009, p. 55.
- 42 – In: REIS, Daniel A.; MORAES, Pedro de. *1968: a paixão de uma utopia*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008, pp. 159-164.
- 43 – RAMALHO, B. E. P. *Foi assim! O movimento estudantil no Ceará (1928 – 1968)*. Rio de Janeiro – São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2002, p. 253.
- 44 – Informações dos jornais *Tribuna do Ceará* e *Gazeta de Notícias* dos dias 25 e 26 de junho de 1968. Arquivo CNV, 00092.002569/2014-31. Relatório sobre as graves violações dos direitos humanos nas universidades públicas do estado do Ceará. Fortaleza, CE, 2014.
- 45 – Entrevista de Vladimir Palmeira concedida a Angelica Muller e Ana Paula Goulart para o Projeto Memória do Movimento Estudantil. Rio de Janeiro, 12/9/2005.
- 46 – Jean Marc von der Weid em 1968 era presidente do C.A. de Química da Universidade do Brasil. Militante da Ação Popular foi eleito presidente da UNE na eleição que deu continuidade ao 30º Congresso de Ibiúna, em 1969. Estava preso no episódio da sexta-feira sangrenta, mas relembra o que os colegas lhe disseram: “Literalmente o Rio de Janeiro passou por uma insurreição, que foi o chamado dia da sexta-feira sangrenta, porque metade do grupo que estava em frente à embaixada [americana] correu para o centro da cidade e começou a montar barricada. [...] E, de repente, a população entrou no jogo. Quer dizer, aquilo foi uma insurreição popular. Os estudantes foram o estopim do início daquela história, que só terminou às 20h da noite. Teve um nível de violência, agressividade, de parte a parte, extremamente intenso”. Entrevista de Jean Marc von der Weid concedida a Carla Siqueira e Ana Paula Goulart para o Projeto Memória do Movimento Estudantil. Rio de Janeiro, 7/10/2004.
- 47 – Como fizeram os vietcongs ao liberar seus territórios, durante a guerra do Vietnã.
- 48 – Para mais informações sobre os episódios consultar: SALMERON, Roberto A. *A universidade interrompida: Brasília 1964-1965*. 2. ed. Brasília: UnB, 2007.
- 49 – Arquivo CNV, 00092.002585/2014-24. Linha do tempo na USP.
- 50 – O professor Hélio Lourenço de Oliveira, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, que não era visto com bons olhos pelo sistema, acabou sendo designado para a função de vice-reitor pelo governador Abreu Sodré, selando de certa forma uma trégua na USP. Para mais informações sobre a “Batalha da Maria Antônia”, consultar: VALLE, Maria R. do. *1968: o diálogo é a violência*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- 51 – Arquivo Nacional, SNI: BR\_DFANBSB\_ASP\_ ACE\_3019\_80\_001.
- 52 – Ver o relatório em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/ipmcrusp.html>.
- 53 – CITTADINO, Monique. *A UFPB e o golpe de 1964*. João Pessoa: ADUFPB, 1993.

- 54 – MOTTA, Rodrigo P.S. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, pp. 157 e 383.
- 55 – Decreto-Lei nº 477, 26/2/1969. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>.
- 56 – Arquivo Nacional, CISA: BR\_DFANBSB\_VAZ, 109.5.
- 57 – Relatório do Projeto *Brasil: nunca mais*. Tomo I – O Regime Militar, p. 49.
- 58 – Rodrigo Motta aponta um número de 120 professores. Já Marcus Figueiredo aponta 168 professores. Mais informações sobre as demissões ver: MOTTA, Rodrigo P. S. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, pp. 164-175.
- 59 – Arquivo Nacional, ASI/UnB: BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_ROS\_0096.
- 60 – Ato Complementar nº 75, 21/10/1969. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocom/1960-1969/atocomplementar-75-21-outubro-1969-364755-publicacaooriginal-1-pe.html>.
- 61 – MORAES FILHO, Evaristo de. *Sem medo da utopia*. São Paulo: LTr, 2007, p. 165.
- 62 – *Brasil: nunca mais* Digital, BNM\_670, STM, Apelação 40.425/197.
- 63 – Depoimento de Arminak Cherkezian à Comissão Nacional da Verdade, São Paulo, 1º de setembro de 2014.
- 64 – Arquivo Público do Estado de São Paulo, BR\_SP\_APESP\_DEOPSLIVROES\_28021974\_19061974.
- 65 – Entrevista de Jean Marc von der Weid ao Projeto Memória do Movimento Estudantil, Rio de Janeiro, 7/10/2004.
- 66 – *Brasil: nunca mais* Digital, BNM\_18, STM, Apelação 39.618.
- 67 – Ele declarou que saiu de Goiânia no dia 1º de novembro daquele ano e deveria chegar ao Rio de Janeiro no dia 2, dia do Congresso. Após cobrir um ponto com Honestino, rodou em um carro de olhos fechados até chegar em uma casa em que havia ao todo sete indivíduos. Ainda confirmou que Honestino foi o dirigente do Congresso, no qual foi discutida uma proposição de carta da UNE referente à situação do país: entidades estudantis em funcionamento e apanhado da situação nacional e internacional. (Arquivo AEL/BNM\_18, v. 2, p. 330.) In: MÜLLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública*. Tese de Doutorado, História, USP e Université de Paris 1, 2010, p. 42. As informações relatadas por Ademar Alvarenga Prado foram amplamente utilizadas pelos órgãos de informação. Ver: Arquivo Nacional, CISA: BR\_DFANBSB\_VAZ.063.0153 e Arquivo Nacional, SNI: BR\_DFANBSB\_V8\_ASP\_ACE\_5632\_81
- 68 – APERJ. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Informação. Notação 181/p.72-H. Rio, GB 24.01.1972; APERJ. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Prontuário RJ. Notação 32.460, Honestino Monteiro Guimarães.
- 69 – *Brasil: nunca mais* Digital, BNM\_18, v. 3, p. 656.
- 70 – Informação SP/SAS n. 1.950 de 28.09.1973. Reunião do CA em Niterói ARSI/GB/DSI/MEC. APERJ. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Secreto. Notação 123, pp. 76-77.
- 71 – MÜLLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública*. Paria, 2010, p. 72.
- 72 – Sobre as greves universitárias desse período consultar: MÜLLER, Angélica. *No caminho ao retorno democrático: greves e manifestações estudantis nos primeiros anos do governo Geisel (1974-1975)*. R. Mest. Hist., Vassouras, v. 13, n. 2, pp. 17-32, julho/dezembro de 2011.
- 73 – As informações citadas foram consolidadas pela CV/Unicamp. Arquivo CNV, 00092.002585/2014-24. Relatório CVM Unicamp para CNV.
- 74 – Arquivo CNV, 00092.002585/2014-24. Contribuição da Comissão da Verdade Reitora Nadir Gouvêa Kfourri para a Comissão Nacional da Verdade.
- 75 – Idem.
- 76 – Arquivo CNV, 00092.002585/2014-24. Cronologia 30 de maio de 2014 UnB.
- 77 – Of. Cir. Nº 30/79/GAB/SESU em 10 de maio de 1979. Arquivo Nacional, AESI/UFMG: BR\_DFANBSB\_AT4\_0020\_0023.
- 78 – Arquivo Nacional, DSI/MJ: BR\_RJANRIO\_TT\_O\_MCP\_AVU\_0195\_d001.
- 79 – Entrevista de Rui César Costa e Silva ao Projeto Memória do Movimento Estudantil. São Paulo, 12/11/2004.
- 80 – BRITO, Luciano. *O episódio do pavilhão fb-2: ditadura militar e movimento estudantil na UFPA (1964 – 1980). A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)* – Entrevista com Sandra Hele-

na Morais Leite, disponível em <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1284>.

81 – Arquivo Nacional, SNI: BR\_DFANBSB\_ABE\_ACE\_765\_80; Arquivo Nacional, SNI: BR\_DFANBSB\_AMA\_ ACE\_699\_80\_0001; Arquivo Nacional, CISA: BR\_DFANBSB\_VAZ\_013\_0043.

82 – Para mais informações, consultar: [http://www.rtv.unicamp.br/?video\\_listing=intervencao](http://www.rtv.unicamp.br/?video_listing=intervencao) e [http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp\\_hoje/ju/julho2006/ju329pag6-7.html](http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/julho2006/ju329pag6-7.html).

83 – Portaria Unesp nº 251 de 8/8/1983. Arquivo CNV, 00092.002566/2014-06. Relatório da Comissão da UNESP.

84 – *Jornal Voz da Terra*, Assis, 3/8/1983. p. 3. Arquivo CNV, 00092.002566/2014-06. Relatório da Comissão da UNESP.

85 – Ver Decreto nº 2.036, 11/10/1937.

86 – *Ibid.*

87 – Ver Decretos-Leis nº 9.775 e 9.775A, 6/9/1946.

88 – Ver Lei nº 348, 4/1/1968, e Decreto nº 62.803, 3/6/1968.

89 – Ver Decreto nº 60.940, 4/7/1967.

90 – Regimento da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura, publicado no Diário Oficial da União de 15 de abril de 1969, Seção I, Parte I, pp. 3.180-3.182.

91 – Ver Portaria MEC nº 12-BSB, 18/1/1971.

92 – Arquivo Nacional, AESI/UFMG: BR\_DFANBSB\_AT4\_0011\_0015.

93 – Ver regulamento aprovado pelo Decreto nº 75.640, 22/4/1975.

94 – *Ibid.*

95 – Ver Decreto nº 75.524, 24/3/1975.

96 – Depoimento de Arminak Cherkezian à Comissão Nacional da Verdade, São Paulo, 1º/9/2014 (Arquivo CNV, 0092.002036/2014-50). A Lei nº 4.341, citada pelo depoente, é a lei que cria o Serviço Nacional de Informações em 13/6/1964.

97 – Depoimento de Arminak Cherkezian à Comissão Nacional da Verdade, São Paulo, 1/9/2014 (Arquivo CNV, 0092.002036/2014-50).

98 – Arquivo Nacional, SNI: BR\_DFANBSB\_V8\_AC\_ ACE\_50668\_85.

99 – “Ninho de suspeitas”. *Jornal do Brasil*, 4/6/1985. “DSI sobrevivem a ‘Nova República’”. *Folha de S.Paulo*, 28/6/1985, p. 12.

100 – Diário Oficial da União, quinta-feira, 12/4/1990. Seção II, p. 1.766.

101 – Arquivo Nacional, AESI/UFMG: BR\_DFANBSB\_AT4\_0008\_0025. Nos documentos são encontradas tanto a sigla ASI como AESI (Assessoria Especial de Segurança e Informação). No final, boa parte das assessorias usavam a sigla ASI. Optamos neste texto por usar, dessa maneira, a sigla ASI, entendendo que ela compreende a sigla AESI citada em documentos diversos.

102 – Arquivo Nacional, AESI/MG: BR\_DFANBSB\_AT4\_0010\_0018. Ofício nº 004 AESI/USP/DSI/MEC 20/10/1972. Assinado pelo Chefe da AESI Krikor Tcherkezian.

103 – Arquivo CNV, 00092.001910/2014-31. Relatório final Comissão Milton Santos de Memória e Verdade (UFBA). Salvador, 18/8/2014.

104 – MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Os olhos do regime nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades*. Topoi, v. 9, nº 16, janeiro/junho de 2008, pp. 30-67.

105 – Depoimento de Arminak Cherkezian à Comissão Nacional da Verdade, São Paulo, 1º/9/2014.

106 – Correspondência Sigilosa do Gabinete do Reitor UFBA, doc. RP1255 a 1259.

107 – Depoimento de Arminak Cherkezian à Comissão Nacional da Verdade, São Paulo, 1º/9/2014.

108 – Arquivo CNV, 00092.002585/2014-24. BUENO. Almir de Carvalho. A Assessoria de segurança e informações do ministério da Educação e Cultura na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (ASI/UFRN): o braço da repressão nas universidades (mimeo).

109 – Arquivo CNV, 00092.001910/2014-31. Relatório final Comissão Milton Santos de Memória e Verdade (UFBA). Salvador, 18/8/2014.

110 – Tratando-se de normativa, provavelmente todos os estabelecimentos de ensino superior públicos receberam as fichas. Documento destinado à UnB é encontrado em: Arquivo Nacional, ASI/UnB: BR\_DFANBSB\_AA1\_LGS\_034.

- 111 – Arquivo Nacional, ASI/UnB: BR\_DFANBSB\_AA1\_LGS\_013.
- 112 – Depoimento de Arminak Cherkezian à Comissão Nacional da Verdade, São Paulo, 1º/9/2014.
- 113 – Depoimento de Arminak Cherkezian à Comissão Nacional da Verdade, São Paulo, 1º/9/2014.
- 114 – Ofício nº 2519 AEPEC/DSI/MEC, 25/6/1973. Arquivo Nacional, BR\_DFANBSB\_AT4\_0011\_0015.
- 115 – Sabe-se da existência de outras ASI que não foram citadas. Rodrigo Patto apontou a existência também na Federal Rural de Pernambuco, Universidade Federal de Viçosa, Diamantina e Uberaba, em Minas; e Universidade Estadual de Maringá e Londrina, no Paraná.
- 116 – Depoimento de Arminak Cherkezian à Comissão Nacional da Verdade, São Paulo, 1º/9/2014.
- 117 – Depoimento de Arminak Cherkezian à Comissão Nacional da Verdade, São Paulo, 1º/9/2014.
- 118 – Arquivo CNV, 00092.001910/2014-31. Relatório final Comissão Milton Santos de Memória e Verdade (UFBA). Salvador, 18/8/2014.
- 119 – Correspondência Sigilosa do Gabinete do Reitor UFBA, doc. RP1242-1245.
- 120 – Arquivo CNV, 00092.002585/2014-24. BUENO. Almir de Carvalho. A Assessoria de segurança e informações do ministério da Educação e Cultura na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (ASI/UFRN): o braço da repressão nas universidades (mimeo).
- 121 – Ofício nº 009/3000/79 SNM/DSI/MEC, de 8/5/1979. Arquivo Nacional, BR\_DF\_ANBSB\_AT4\_0023\_d.
- 122 – Ofício nº 002/D/DSI/MEC, em 31/1/1980. Assinado pelo diretor da DSI Carlos Roberto Ferreira Tatit. Arquivo Nacional, SNI: BR\_DFANBSB\_V8\_ACT\_ACE\_6501\_86.
- 123 – Arquivo CNV, 00092.002569/2014-31. Relatório sobre as graves violações dos direitos humanos nas universidades públicas do estado do Ceará. Fortaleza, CE, 2014.